

**UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ – UNIVALI
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO, EXTENSÃO E CULTURA –
PROPPEC
CENTRO DE EDUCAÇÃO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS, POLÍTICAS E SOCIAIS –
CEJURPS
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONALIZANTE EM GESTÃO DE
POLÍTICAS PÚBLICAS – PMGPP**

**GÊNERO, PODER E POLÍTICA: ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DA
MULHER NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL EM BLUMENAU (SC).**

Gisele de Cássia Galvão Ruaro

**Dissertação apresentada à Banca
Examinadora no Mestrado
Profissionalizante em Gestão de Políticas
Públicas da Universidade do Vale do Itajaí –
UNIVALI, sob a orientação do Prof. Dr.
Flávio Ramos, como exigência parcial para
obtenção do título de Mestre em Gestão de
Políticas Públicas / Profissionalizante**

**Itajaí
2008**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

À Maria Angélica, minha mãe, que foi sempre modelo e exemplo de mulher.

AGRADECIMENTOS

A todas as mulheres que sofreram e sofrem discriminação de gênero e que, apesar da desigualdade, buscam incansavelmente o empoderamento do espaço público, a equidade e a justiça social, minha admiração e meu agradecimento.

A todos os homens que compartilham com as mulheres a jornada em busca da igualdade de gênero, meu profundo respeito e agradecimento.

A todos que, de uma forma ou outra, contribuíram para a concretização deste trabalho, meu eterno agradecimento.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Percentual do total de horas gastas com o trabalho doméstico entre casais por setor de atividade – setor formal, por gênero:.....	32
Tabela 2 - Percentual do total de horas gastas com o trabalho doméstico entre casais por setor de atividade – setor informal, por gênero:.....	32
Tabela 3 - Mulheres com trabalho remunerado (estimulada, em %):.....	32
Tabela 4 - Mulheres no mercado de trabalho e posição na ocupação (estimulada, em %):	33
Tabela 5 - INDICADORES DE PARTICIPAÇÃO ECONÔMICA POR SEXO - BRASIL	33
Tabela 6 - BRASIL - INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DO PESSOAL OCUPADO SEGUNDO O SEXO	34
Tabela 7 - DISTRIBUIÇÃO DOS OCUPADOS POR SEXO E FAIXAS DE RENDIMENTO - BRASIL	35
Tabela 8 - Jornada semanal de trabalho remunerado das mulheres da Região Sul do Brasil:.....	35
Tabela 9 - Renda individual mensal, das mulheres da Região Sul do Brasil:	36
Tabela 10 - RENDIMENTO DOS OCUPADOS E OCUPADAS POR SETOR DE ATIVIDADE - BRASIL, 1995	38
Tabela 11 - PERFIL DAS MULHERES ECONOMICAMENTE ATIVAS OCUPADAS EM ATIVIDADES NÃO AGRÍCOLAS POR ATIVIDADE	40
Tabela 12 - Evolução da percepção da influência da política	47
Tabela 13 - Evolução da percepção da influência da mulher na política	47
Tabela 14 - Prefeitos eleitos por Estados e gênero para o ano de 2000	54
Tabela 15 - Prefeitos eleitos por Estados e gênero para o ano de 2004	55
Tabela 16 - Prefeitos eleitos, por gênero e partidos, no Brasil no ano de 2.000.	57
Tabela 17 - Prefeitos eleitos, por gênero e partidos, no Brasil no ano de 2.004.	58
Tabela 18 - Prefeitos eleitos no último pleito (2004) em Santa Catarina	62
Tabela 19 - Prefeitas eleitas no último pleito (2004) em Santa Catarina	63
Tabela 20 – Vereadoras eleitas no município de Blumenau até a eleição de 2004 com seus respectivos períodos de vereança.....	70
Tabela 21 – Secretários municipais por gênero de Blumenau.....	70

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Distribuição de ramo de atividades por gênero.	39
GRÁFICO 2 – Preparo das mulheres para governar.....	48
GRÁFICO 3 – Preferência por partido político.....	49

RESUMO

O objetivo desta dissertação é o de esboçar um conjunto de indicadores para a análise da participação da mulher no primeiro escalão na gestão pública municipal na cidade de Blumenau (SC), com abordagem comparativa entre as duas gestões do período de 2000 a 2006. Para tanto apresentamos dados quantitativos relativos ao desempenho de funções executivas no governo municipal como número de mulheres que ocupam o primeiro escalão exercendo o cargo de Secretárias por indicação do Executivo municipal e de mulheres eleitas no período, bem como dados qualitativos comparativos entre as duas gestões para analisar como o gestor público, nessas duas experiências de administração municipal, interpretou a questão de gênero na organização. Para que pudéssemos obter dados que auxiliassem na construção dos indicativos foi empreendida uma pesquisa com características essencialmente descritivas e utilizadas, também, transcrições de questionários e depoimentos dos gestores públicos locais.

Palavras-chave: gênero, poder, ideologia, gestão pública, indicadores.

ABSTRACT

The objective of this dissertation is to sketch a set of pointers for analysis of the woman's participation in the first step in the municipal public administration in the city of Blumenau (SC), with the comparative of the two managements of the period of 2000 until 2006. For this, we present given quantitative relatives to the performance of executive powers in the municipal government as number of women who occupy the first step exerting the position of Secretaries for indication of the municipal Executive and of elect women in the period, as well as comparative qualitative between the two managements to analyze as the public manager, in these two experiences of municipal administration, interpreted the question of sort in the organization. In order to obtain figures that auxiliary on structure from the indications was undertaken a research with characteristics essentially descriptives and also used transcriptions of questionnaires and testimonies from the managers publics places.

Keywords: sort, power, ideology, public management, pointers.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 GÊNERO FEMININO, HISTÓRIA E POLÍTICA	12
1.1 UMA HISTÓRIA DE CONQUISTAS	12
1.2 A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DA MULHER NO BRASIL	15
1.3 GÊNERO FEMININO E AS ORGANIZAÇÕES	24
1.4 GÊNERO FEMININO, ESFERA PÚBLICA E ESFERA PRIVADA	28
2 GÊNERO E RELAÇÕES DE TRABALHO	31
2.1 GÊNERO FEMININO E RELAÇÕES DE TRABALHO NO BRASIL	31
3 GÊNERO E POLÍTICA	42
3.1 MULHERES NA POLÍTICA INTERNACIONAL	42
3.2 GÊNERO, PODER E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NO BRASIL.....	45
3.3 GÊNERO E A POLÍTICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA: PARTICIPAÇÃO DA MULHER NAS ELEIÇÕES DE 2002, 2004 E 2006	60
4 PESQUISA E ANÁLISE DOS DADOS	65
4.1 ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	66
4.2 INDICADORES	68
4.3 PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DA MULHER BLUMENAUENSE: ELEIÇÕES	69
4.4 PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DA MULHER BLUMENAUENSE NO GOVERNO ..	71
CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
REFERÊNCIAS	99

INTRODUÇÃO

O objetivo desta dissertação é o de esboçar um conjunto de indicadores para a análise da participação da mulher no primeiro escalão na gestão pública municipal na cidade de Blumenau (SC), com abordagem comparativa entre as duas gestões do período de 2000 a 2006. Para tanto apresentamos dados quantitativos, relativos ao desempenho de funções executivas no governo municipal, como o número de mulheres que ocuparam/ocupam o primeiro escalão exercendo o cargo de Secretárias por indicação do Executivo municipal e de mulheres eleitas no período, bem como dados qualitativos comparativos entre as duas gestões.

A intenção foi, igualmente, realizar uma pesquisa qualitativa comparativa entre ambas as gestões (PT e PFL) para analisar como o gestor público, nessas duas experiências de administração municipal, interpretou a questão de gênero na organização e, como mulheres se perceberam no papel de gestoras: se tiveram autonomia na atuação, se foram respeitadas e se tomaram decisões políticas.

Para que pudéssemos obter dados que auxiliassem na construção dos indicativos foi empreendida uma pesquisa com características essencialmente descritivas e utilizadas, também, transcrições de questionários e depoimentos dos gestores públicos locais. Com os dados obtidos, formatamos alguns indicadores quantitativos e qualitativos que puderam nos auxiliar no entendimento da importância da mulher na gestão pública para a melhora do contexto geral da administração, verificando nossa hipótese de que a mulher cumpre um papel relevante neste contexto. Na compreensão de como o gestor público interpreta a questão de gênero na organização e como as mulheres se percebem no papel de gestoras, verificamos também a hipótese de que, tanto a administração quanto a mulher, estão gradativamente somando esforços no sentido de reduzir as desigualdades de gênero.

Há, ao longo do trabalho, uma preocupação que permeia o conjunto da reflexão: há diferenças no tratamento das questões de gênero entre partidos considerados de direita ou de esquerda?

Embora, no Brasil e no mundo, as ideologias políticas estejam em questionamento, entendemos que esquerda e direita ainda proporcionam discursos distintos e algumas práticas com diferenças substantivas. A direita preserva seus

fundamentos teóricos básicos, como o livre mercado e a não intervenção do Estado na economia e na sociedade; e a esquerda, na atualidade, defende direitos sociais e uma significativa predisposição às políticas econômicas distributivas (BOBBIO, 1995).

Desta forma, para efeito de dados comparativos, consideramos o Partido da Frente Liberal (PFL), atual Democratas, como um partido de direita e o Partido dos Trabalhadores (PT), apesar de todas as ambigüidades recentes com a política econômica do Governo Federal, um partido de esquerda. Evidentemente, este é um debate interminável, mas consideraremos, para efeito da pesquisa, esta divisão clássica entre partidos que defendem uma maior ou menor intervenção do Estado na sociedade e na economia e, conseqüentemente, a ampliação ou não dos direitos sociais e políticos advindos desta divisão.

A esquerda, historicamente, como veremos adiante, sempre esteve na vanguarda da defesa dos direitos da mulher. A proposta deste trabalho, portanto, apesar dos limites inerentes ao recorte estabelecido, é analisar se no município de Blumenau (SC) tal hipótese se comprova. As generalizações, neste caso, não serão possíveis, pois a intenção da pesquisa é limitada por um recorte geográfico e temporal.

1 GÊNERO FEMININO, HISTÓRIA E POLÍTICA

1.1 UMA HISTÓRIA DE CONQUISTAS

A respeito da existência da mulher na sociedade, Duby e Perrot (1994, v. 1, p. 7) citam que, “[...] somente a partir do século III D.C. é que elas são recenseadas”. Os autores nos falam que, nesta época, os médicos, filósofos, teólogos e outros mais questionavam o papel das mulheres e suas funções. Já nos séculos da Era Cristã, “[...] A mulher nasce e é educada para ser oprimida, para saber ‘o seu lugar’ no mundo, que é sempre, em qualquer âmbito, um lugar subalterno.” (TOLEDO, 2005, p. 23). Já nesta época podemos perceber uma clara divisão social do trabalho, em Oliveira (1999, p. 59):

[...] tanto a mulher livre quanto a mulher escrava tinham o seu espaço de trabalho pertencente à esfera doméstica, pois eram responsáveis pela manutenção da subsistência, cujos campos incluíam a alimentação e a higiene de homens e crianças.

Essa esfera doméstica, também conhecida como trabalho privado, pois se referia aos cuidados da casa e da educação dos filhos, era tarefa das mulheres. Os trabalhos da esfera pública eram responsabilidades dos homens, aqueles que saíam para buscar o sustento da família. E conforme Arendt,

Para o indivíduo, viver uma vida inteiramente privada significa, acima de tudo, ser destituído de coisas essenciais à vida verdadeiramente humana: ser privado da realidade que advém do fato de ser visto e ouvido por outros, privado de uma relação ‘objetiva’ decorrente do fato de ligar-se e separar-se deles mediante um mundo comum de coisas, e privado da possibilidade de realizar algo mais permanente que a própria vida. A privação da privatidade reside na ausência de outros; para estes, o homem privado não se dá a conhecer, e portando é como se não existisse. (1981, p. 68).

A autora nos coloca que o mundo privado é a ausência de vida e a inexistência social; por isso as mulheres devem libertar-se do slogan de vida privada, e fazer parte junto com os homens da esfera pública, sendo também responsáveis

pelo sustento do lar e ainda motivadas pelos fatos de que têm esse direito e têm opinião própria a respeito.

Às relações de divisão do trabalho entre homens e mulheres mencionadas anteriormente, Engels (1980, p. 70 - 71) complementa que

[...] a primeira divisão do trabalho é a que se faz entre o homem e a mulher para a procriação dos filhos [...] o primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino.

Dando seqüência aos períodos históricos em relação às mulheres, Duby e Perrot apontam que “[...] a Idade Média, é um período que também se caracteriza pela escassez de relatos e de história sobre a condição feminina.” (1994, v. 2, p. 16). Nesse período, as mulheres lavavam, costuravam, produziam os alimentos, criavam e educavam as crianças e, além destas tarefas, eram instrumento de prazer sexual dos homens. Segundo Teles (1993, p. 19), “De qualquer modo, o fundamental era que ela se colocasse de forma subalterna em relação ao homem, aceitando passivamente o que lhe fosse determinado.” Esta submissão ao homem era comum, bem como a limitação da ação da mulher ao lar; de acordo com Toledo “[...] Por isso, a história da mulher é uma história de aprisionamento na esfera doméstica e tudo que se relaciona a ela está praticamente excluído dos conceitos e categorias políticas gerais.” (2005, p. 24).

A partir do século XVI o trabalho feminino passa por transformações, adquirindo novas responsabilidades além da esfera doméstica. Conforme Scott (1994, p. 447),

No período anterior à industrialização as mulheres já trabalhavam regularmente fora de casa. Mulheres casadas e solteiras vendiam produtos nos mercados, ganhavam dinheiro com o pequeno comércio ou como vendedoras ambulantes, empregavam-se como trabalhadoras ocasionais, amas ou lavadeiras, produziam olaria, seda, rendas, roupa, objetos de metal, ferragens, panos tecidos e chitas em oficinas. Se o trabalho entrava em conflito com o cuidado dos filhos, as mães entregavam os seus bebês a amas de leite ou a outras pessoas que tomavam conta deles em vez de desistir do emprego.

Para as mulheres, o século XIX foi decisivo nos avanços das lutas por direitos. Nesse período as mulheres trabalhavam “[...] em colégios, escritórios, lojas, centrais telefônicas e profissões assistenciais, [...] a novidade acontece com o ingresso das mulheres nas indústrias.” (HOBBSAWM, 1996, p. 304 - 305).

Com a Revolução Industrial e o desenvolvimento de maquinários que poderiam substituir a força humana, as mulheres tiveram inserção no mercado de trabalho, bem como seus filhos. Com essa nova força de trabalho, foi introduzida a família no sistema fabril e a mulher passou a ser uma operária. Marx, declarou que:

Tornado-se supérflua a força muscular, a maquinaria permite o emprego de trabalhadores sem força muscular ou com desenvolvimento físico incompleto, mas com membros mais flexíveis. Por isso, a primeira preocupação do capitalista ao empregar a maquinaria foi a de utilizar o trabalho das mulheres e das crianças. Assim, de poderoso meio de substituir trabalho e trabalhadores, transformou-se imediatamente em meio de aumentar o número de assalariados, colocando todos os membros da família do trabalhador, sem distinção de idade ou sexo, sob o domínio direto do capital. O trabalho obrigatório para o capital tomou o lugar dos folguedos infantis e do trabalho livre realizado, em casa, para a própria família, dentro de limites estabelecidos pelos costumes [...] Lançando à máquina todos os membros da família do trabalhador no mercado de trabalho, reparte ela o valor da força de trabalho do homem adulto pela família inteira. (1971, v.1, p. 449 - 450).

Com a inserção da mulher nas fábricas, inicia-se uma competição entre homens e mulheres pelo emprego, com a conseqüente diminuição dos salários. Ocorre, a partir de então, a distinção por gênero, segundo Scott, “[...] o discurso que no século XIX conceitualizou o gênero como uma divisão sexual do trabalho ‘natural’” (1994, p. 446), apresentando-se claramente na divisão sexual do trabalho e das questões de relação da produção e reprodução da força de trabalho. Nesse contexto, segundo Teles “A mulher operária, duplamente explorada por trabalhar na fábrica e no lar, tinha sempre os salários mais baixos e as jornadas de trabalho maiores.” (1993, p. 42). Devemos ressaltar que, durante o século XIX, a questão da mulher no mercado de trabalho estava interligada aos movimentos revolucionários e socialistas¹. Como as mulheres trabalhavam nas fábricas surge o proletariado feminino, sobrando pouco tempo para costurar, produzir alimentos e outras atividades, evidenciando-se, com isto, a diminuição do trabalho doméstico.

¹ Segundo KOLONITAI, “[...] desde o socialismo utópico, com Fourier e Saint-Simon, até o socialismo científico de Engels e Marx. (2000, p 8-10).

A supremacia do homem sobre a mulher era uma preocupação de Engels (1980) em pleno século XIX. A inferioridade reservada à mulher foi debatida por Robert Owen, Saint-Simon e Charles Fourier, mesmo porque as mulheres participaram ativamente dos movimentos utopistas do mesmo século. Entre as principais feministas da época, registramos os nomes de Aglaé de Saint-Hilaire, Cécile Fournel, Claire Bazard, Claire Démar e Suzanne Voilquin. Em 1832, Desirée Veret e Marie-Reine Guindorf fundaram a primeira revista feminista da história, denominada *Femme Libre*, seguida de outras publicações similares. Indispensável, registrar igualmente o nome Flora Tristan, que idealizou uma união internacional de operários que efetivasse o direito ao trabalho e a absoluta igualdade entre o homem e a mulher. (PETITFILS, 1978, p. 114). Sempre foi árdua a luta das mulheres para ocupar espaço na sociedade contemporânea e é interessante observar que, os pensadores e ativistas políticos de esquerda, assumiram lugar de destaque na defesa de igualdade de gêneros.

1.2 A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DA MULHER NO BRASIL

Para apresentarmos o tema acerca da participação política da mulher no Brasil, entendemos ser relevante apresentarmos o contexto sócio-político mundial da época, considerando que os movimentos sociais femininos no Brasil guardam estreita ligação com os movimentos feministas em âmbito mundial.

Desde o início da Revolução Francesa, no século XVIII, foi possível verificar mulheres se organizando para conquistarem seus direitos. Durante o século XIX e início do século XX, as mulheres se organizaram para conquistar o direito de votar e serem votadas e,

[...] de fato, há mulheres que fizeram grandes conquistas neste século. Conquistas que são fruto de uma luta árdua que o conjunto das mulheres vem travando desde o século passado, quando foram às ruas pela primeira vez para exigir um direito básico, o direito de voto. (TOLEDO, 2005, p. 24).

Em todos os países tentava-se uma mobilização pelo movimento sufragista para a questão do voto feminino. Segundo escritos de Toledo (2005, p. 92),

[...] Nos Estados Unidos, realizou em 1910 um Congresso Socialista Internacional da Mulher que resolveu convocar um dia de luta pelo voto feminino, cujo tema era: 'O voto para a mulher unirá nossa força na luta pelo socialismo'. Na Alemanha e na Áustria formaram-se comitês, publicaram-se jornais e organizaram-se marchas e atos.

No Brasil, as mulheres tiveram como primeira bandeira do movimento feminista a conquista do direito ao voto e de serem votadas. Essa luta ficou conhecida como movimento sufragista.

O movimento sufragista do século XIX e início do XX tinha como objetivo conquistar a reforma das leis sobre o voto, e nos países onde esse direito democrático ainda não era universal, freqüentemente a luta misturava homens e mulheres de todas as classes sociais. (TOLEDO, 2005, p. 90).

É bom ressaltar que, o direito ao voto para as mulheres, só foi conquistado em 1932, durante o governo de Getúlio Vargas.

Conforme podemos verificar, nas primeiras décadas do século XX, o movimento feminista apresentava três vertentes muito evidentes pois, conforme Pinto (2003, p. 14 - 15),

[...] A primeira delas, a mais forte e organizada, é a liderada por Bertha Lutz, que tem como questão central a incorporação da mulher como sujeito portador de direitos políticos. [...] A segunda vertente é a que se poderia chamar de feminismo difuso, o qual se expressa nas múltiplas manifestações da imprensa feminista alternativa. São mulheres cultas, com vidas públicas excepcionais, na grande maioria professoras, escritoras e jornalistas. Preocupadas ou não com os direitos políticos, essas mulheres têm um campo mais vasto de questões, defendem a educação da mulher e falam em dominação dos homens e no interesse deles em deixar a mulher fora do mundo público. Em seus textos, tocam em temas delicados para a época como sexualidade e divórcio. [...] A terceira vertente se manifesta no movimento anarquista e comunista. [...] O menos comportado dos feminismos [...]

Em 1910, no Brasil, após a não aprovação do direito das mulheres de votarem e serem votadas, um grupo de mulheres fundou o Partido Republicano Feminino. Conforme Pinto (2003, p. 18) “[...] o estatuto do partido dá uma idéia muito clara do que pretendiam essas mulheres: não defendiam apenas o direito ao voto,

mas falavam de emancipação e independência.” As duas fundadoras do partido eram a professora Leolinda Daltro e a poetisa erótica Gilka Machado.

O movimento sufragista sempre esteve ligado ao nome de Bertha Lutz, que tinha expressiva liderança nos anos 1920 e se manteve ligada às causas femininas até sua morte nos anos 1970.

A feminista Bertha Lutz conhecia a Europa e os Estados Unidos e, conseqüentemente, sabia quais eram as lutas das mulheres nestes locais. Entre suas idas e vindas, trouxe para o Brasil algumas mulheres que defendiam os direitos das mulheres.

Em 1922, Bertha Lutz e suas companheiras organizaram “[...] I Congresso Internacional Feminista no Rio de Janeiro. Na mesma data nascia a Federação Brasileira para o Progresso Feminino – FBPF” (PINTO, 2003, p. 23).

A Federação Brasileira para o Progresso Feminino teve várias ações em busca do direito de votar e serem votadas. Em todos os Estados brasileiros mulheres se organizavam em passeatas, em conversas e entregas de documentos para deputados estaduais, federais e senadores. Essas ações continuaram até 1932, quando o novo Código Eleitoral permitiu às mulheres o direito de votar e serem votadas.

Apesar desta conquista, existiam limitações, como Porto nos apresenta na Constituição de 1934:

[...] a) “Art.8 – São admitidas a inscrever-se eleitoras desde que preencham as demais condições legais: mulher solteira sui jûris que tenha economia própria e viva de seu trabalho honesto ou do que lhe rendam bens, empregos ou qualquer outra fonte de renda lícita; viúva em iguais condições; a mulher casada que exerça efetivamente o comércio ou indústria por conta própria ou como chefe, gerente, empregada, ou simples operária de estabelecimento comercial ou industrial, e bem assim que exerça efetivamente qualquer lícita profissão, com escritório, consultório ou estabelecimento próprio ou em que tenha funções, devidamente autorizada pelo marido, na forma da lei civil; b) Art. 9 – Ainda são alistáveis, nas condições do art. Antecedente: a) a mulher separada por desquite amigável ou judicial, enquanto durar a separação; b) aquela que, em conseqüência da declaração judicial da ausência do marido, estiver à testa dos bens do casal, ou na direção da família; c) aquela que foi deixada pelo marido durante mais de dois anos, embora esteja este em lugar sabido. (2002, p. 238 - 239).

Deixando claro que a mulher casada, dependente do marido, não tinha direito ao voto, restringia sua participação baseada na premissa de que somente o marido, que detinha o poder econômico, deveria decidir pelos dois.

Neste período, pode-se perceber um número pequeno de mulheres candidatando-se a cargos eletivos. No decorrer dos anos, a luta das mulheres continuava, mas eram poucos os avanços, como podemos perceber em Álvares “[...] No Rio de Janeiro, a sede do ativismo sufragista que se articulava mais agressivo desde 1922 [...]” (2005, p. 11), teve pouco impacto na Constituinte de 1934, de acordo com Álvares:

[...] somente 15% de eleitores filiados eram mulheres. Nesse período, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino criou a Liga Eleitoral Independente que se propunha a promover a educação política das mulheres e apresentar candidatas. Mas nenhuma das sufragistas da Federação elegeu-se para a câmara de deputados, salvo Bertha Lutz que ficou com a suplência da paulista Carlota Pereira de Queiroz, a primeira mulher eleita para Câmara de Deputados, não associada ao movimento. E o desenho de um quadro eleitoral e partidário sem o efetivo feminino trouxe marcas acentuadas da cultura política dicotômica entre homens e mulheres. Nas discussões da Constituinte de 1934, dois movimentos feministas da época, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, presidida por Bertha Lutz, e a Aliança Nacional de Mulheres, dirigida por Natércia da Silveira, prestaram ampla contribuição para a reformulação destas restrições. (2005, p. 11).

Em 1936, com a morte de Carlota Pereira de Queiroz, a suplente assume seu lugar. Bertha Lutz, além de assumir uma cadeira na Câmara dos Deputados, participa do III Congresso Nacional Feminista, que tinha como objetivo a luta por mais direitos para as mulheres. Com o golpe em 1937, os movimentos foram enfraquecendo, até se transformar em ações isoladas.

Nos anos 1960, o contexto político do Brasil era formado de um lado, por representantes da União Democrática Nacional (UDN), que eram latifundiários, empresários e militares; e, de outro lado, por representantes do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que eram membros da Igreja Católica, operários, intelectuais e estudantes. Neste período, as mulheres tiveram participação muito restrita, conseqüência direta da presença do regime autoritário mas também, do espaço muitas vezes pouco democrático ao gênero nas fileiras de oposição ao regime.

Em 1963 segundo Teles, “[...] realizou-se o Encontro Nacional da Mulher Trabalhadora. Foi defendido salário igual para trabalho igual e seu temário tratava, entre outras coisas, da aplicação efetiva das leis sociais e trabalhistas a favor da mulher.” (1993, p. 51).

Em 1964, o país passa pelo golpe militar no qual os direitos políticos eram escassos e controlados pelos militares. De acordo com Pinto (2003, p. 43) “[...] a partir de dezembro de 1968, com a decretação do tristemente famoso Ato Institucional nº 5 (AI-5), as condições de qualquer atuação política tornaram-se extremamente duras e perigosas no país.” Com o AI-5, ocorreram várias cassações de direitos políticos, torturas, desaparecimentos, pessoas em exílio e censura à expressão cultural do povo (novelas, filmes, músicas, jornais e revistas). O Brasil vivia momentos difíceis, com estudantes sendo perseguidos e, em diversas cidades brasileiras, ocorriam manifestações de diversos matizes ideológicos. A repressão política de 1964 atingiu principalmente profissionais liberais, estudantes, professores e intelectuais. Neste período de acordo com o livro *O perfil dos Atingidos* (1988) da editora Vozes que, baseou-se em dados de processos movidos contra presos políticos, conclui que, de 7367 pessoas denunciadas, 88% eram homens e 12% mulheres; ficando clara a pequena participação do gênero feminino nos movimentos políticos da época.

Neste contexto, o movimento feminista ressurgiu no Brasil lutando contra a carestia, por melhores condições de saúde, educação e creches públicas para todos. As mulheres começam a sair do mundo privado para o público, recebendo apoio dos clubes de mães e da Igreja Católica. Barsted (1993, p. 43) assim descreve a década de 1970:

[...] no processo de redemocratização, a estratégia do movimento de mulheres se expandiu em diversas direções, visando influenciar os organismos governamentais na elaboração de políticas públicas. Da mesma forma, procurou influenciar os partidos políticos, os sindicatos e as organizações populares para a incorporação da questão da discriminação em suas pautas de reivindicações. E, finalmente, procurou estimular a mobilização das mulheres para sua participação no processo de elaboração de uma nova Constituição.

O feminismo² emergiu em pleno governo Médici (1969-1974) sendo que, simultaneamente, ocorreu dentro e fora do país, pois várias mulheres do movimento se encontravam no exílio. Novas posturas feministas surgiram neste contexto.

Entre as décadas de 1970 e 1980 diversos grupos de mulheres se formaram a fim de discutir seu papel e sua importância sendo que, muitas dessas mulheres foram exiladas³ e até mortas por defender suas causas. Algumas dessas exiladas se encontraram em 1975 em Paris, momento que originou um documento chamado “Por uma tendência feminina revolucionária” que originou o Círculo de Mulheres, movimento que pregava ou consistia na defesa de direitos. Pinto (2003, p. 54) registra que “[...] a importância do círculo em termos ideológicos foi a presença simultânea de uma postura política de esquerda, claramente identificada com a luta de classes e de um trabalho interno de grupo de reflexão no melhor estilo do feminismo europeu”.

A Organização das Nações Unidas (ONU), definiu 1975 como sendo o ano Internacional da Mulher, realizando uma Conferência no México e dando seqüência a esse encontro como comemoração ao ano da Mulher. Segundo Teles (1993, p. 85), “Enquanto as mulheres dos países europeus e norte americanos viam com desconfiança a iniciativa da ONU, no Brasil ela cai como uma luva: excelente instrumento legal para fazer algo público, fora dos pequenos círculos das ações clandestinas.”

O Centro de Informações da ONU patrocinou um encontro no Rio de Janeiro com o nome “O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira”, que objetivou a criação do Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira. Apesar de ainda estarmos, na época, vivendo um governo autoritário, o encontro da ONU proporcionou com o evento e, a partir ou através dele, mais oportunidades para as mulheres se encontrarem e discutir questões partidárias, de sindicalismo e das lutas por direitos sociais. Também em 1975, com o fim da ditadura e o início da democracia, inicia-se o processo de anistia⁴ com um papel fundamental desempenhado por mulheres:

² Especificamente sobre feminismo ver Pinto (2003), Teles (1993), Prá (2005).

³ Pessoa apartada, afastada, expatriada;

⁴ Perdão geral que foi concedido a todos os cidadãos brasileiros; pessoas do governo, pessoas que faziam oposição ao regime, inclusive aos exilados; o que permitiu o retorno dos exilados, mas, que também permitiu a colocação de uma pedra sobre os crimes da ditadura cometidos pelo regime militar.

[...] o ano de 1975 foi também do Movimento Feminino pela Anistia. O movimento foi fundado por Terezinha Zerbini, esposa de um general que sofrera repressão com o golpe militar de 1964, e reunia, em um primeiro momento, familiares de pessoas que haviam sido exiladas, presas ou estavam desaparecidas. Esse movimento cresceu por todo o Brasil e foi fundamental na campanha pela anistia, que veio a ser promulgada no ano de 1979. (PINTO, 2003, p. 63).

Em 1976 voltou a ocorrer no Brasil a comemoração pública do dia 8 de março, dia internacional da mulher⁵, data que não era comemorada desde o golpe de 1964.

De acordo com Teles (1993, p. 102)

Em 1977 no dia 28 de abril foi instalada no Congresso Nacional a CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) da Mulher. Mas a mulher trabalhadora foi impedida de participar. Só pôde falar quem apresentava um 'currículo' previamente aprovado pelos integrantes da comissão. Alegou-se ainda que as mulheres trabalhadoras são inibidas, o que as impedia de fazer uso da palavra no Congresso.

A década de 1970 foi fundamental para que o Brasil conhecesse e refletisse sobre a questão da mulher. Os movimentos e o debate em torno das questões de gênero ganharam destaque. Na década de 1980, por sua vez, as mulheres participaram ativamente da redemocratização de nosso país e de diversas manifestações e ações públicas.

José Sarney, quando Presidente da República, ratificou o compromisso assumido em 1985 e criou o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher junto ao Ministério da Justiça, o qual tinha como função centralizar todas as solicitações de luta pela causa feminina. Com esta convergência dos interesses e anseios das mulheres, conquistaram-se grandes êxitos na Constituinte de 1988, traduzidos em um documento que solicitava sistema único de saúde, escola e creches públicas, reforma agrária e garantia de direitos das mulheres em relação a igualdades de direitos no casamento e no mercado de trabalho. A Constituição de 1988 consagrou, portanto, conquistas importantes no campo dos direitos da mulher. São elas:

⁵ A história desta data se refere à greve das operárias têxteis da fábrica Cotton, ocorrida em Nova York (EUA) em 1857. Na ocasião as forças policiais atearam fogo à fábrica para reprimir aquelas que insistiam na greve, quando então morreram 129 operárias queimadas. (TELES, 1993, p. 96).

“homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição” (Art. 5º, I);

“ às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação” (Idem, L);

“licença à gestantes, sem prejuízo do emprego e do salário com duração prevista de cento e vinte dias” (Art.7º, XVIII);

“licença paternidade, nos termos fixados em lei (Idem, XIX); proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos nos termos da lei” (Idem, XX);

“proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil” (Idem, XXX);

“são assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos os direitos previstos nos incisos [...] bem como sua integração na previdência social” (Idem, XXXIV, parágrafo único);

“ o título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil, nos termos e condições previstos em lei(Art.189, Parágrafo único);

“os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos pelo homem e pela mulher” (Art.226, Parágrafo único);

“fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas” (Idem, Parágrafo 7º)

A Constituição Federal de 1988, consegue assegurar às mulheres igualdade com os homens na família e na sociedade, garantindo proteção contra a violência, o reconhecimento da união estável como família e o reconhecimento dos filhos pelo pai fora do casamento.

A criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher fez surgir, em consequência, a institucionalização do movimento feminista a partir da organização de Conselhos Estaduais e Nacional. Barsted (1993, p. 39) ressalta, “[...] Na realidade, a cidadania deve ser entendida dentro da complexa dinâmica Estado-sociedade. E é nessa dinâmica que devem ser analisadas as políticas sociais emergentes no quadro de redemocratização.”

Na década de 1990, inicia-se uma recomposição do movimento feminista por meio de organizações não governamentais (Ong’s) e de publicações em defesa dos direitos das mulheres por TV, rádio, palestras, peças de teatro, artigos em revistas, jornais, agora sem o crivo da censura. As mulheres passaram, com mais intensidade, a ser eleitas para cargos públicos como vereadoras, deputadas estaduais, deputadas federais e senadoras. O debate se fortalece em torno das

demandas femininas. Scott (2002, p. 47) analisa o feminismo ressaltando que a história do movimento “[...] não é, porém a história de opções disponíveis ou de escolha tranqüila de um projeto vitorioso; é antes disso, a história de mulheres (e de alguns homens) constantemente às voltas com a absoluta dificuldade de resolver os dilemas que enfrentam”.

Outra grande conquista dessa década foi a aprovação da lei de cotas (9.504/97) que prevê a destinação de no mínimo 30% e no máximo 70% para as candidaturas de ambos os sexos nas eleições a nível municipal, estadual e federal. Segundo Araújo (2006), um dos objetivos da Lei de Cotas, foi o de obrigar os partidos políticos a investirem em candidaturas femininas.

A participação das mulheres no processo eleitoral no Brasil, na maioria das vezes, portanto, é algo recente no Brasil. Mas ainda apresenta-se longe de um número ideal. De acordo com pesquisa⁶ recente da Inter-Parliamentary Union, em 2006, em uma classificação de 189 países sobre a participação de 30% de mulheres no parlamento, o Brasil apresenta-se em 102^o lugar e, em último, na América do Sul.

No decorrer deste período, foram significativos os avanços das mulheres nas conquistas de seus direitos mas, conforme Rodrigues (2001, p. 2),

[...] findo o século XX, mesmo com os grandes avanços obtidos em termos da mudança nas mentalidades e das transformações na vida das mulheres e nas relações de gênero, coloca-se, e com maior visibilidade, a necessidade de empoderamento das mulheres em, pelo menos, dois sentidos. Primeiro o de apropriação, por parte das mulheres, dos rumos e destinos de sua própria vida, o que abre para a formulação/realização de projetos pessoais, demandando a ruptura com as relações de dominação no âmbito do privado e a construção de relações de diálogo e de negociação. Já o enfrentamento do sexismo e do autoritarismo no âmbito da esfera pública e das institucionalidades, exige uma ação coletiva e envolve mulheres e homens empenhados na construção de uma sociedade justa. Segundo, o sentido de ocupação de posição de poder, por parte das mulheres, no âmbito dos poderes do Estado (Legislativo, Executivo e Judiciário) e dos poderes da sociedade civil organizada e dos partidos, visando a reestruturação do cenário político, território masculino por excelência, e a transformação social rumo à superação das desigualdades de gênero e à construção da cidadania das mulheres. Ou seja, significa a circulação das mulheres pelos campos da esfera pública, da gestão social, das responsabilidades com os rumos do país e de toda a sociedade, campos estes que apenas recentemente começam a ser ocupados com a presença e

⁶ Pesquisa em www.ipu.org/wmn-e?classif.htm.

expressão femininas, colocando-se como o grande desafio para o novo milênio.

Este empoderamento somente se dará por completo quando a mulher compreender de fato seu papel de direito nas esferas privada e pública, fazendo os enfrentamentos necessários e quebrando os paradigmas desta sociedade autoritária e sexista.

1.3 GÊNERO FEMININO E AS ORGANIZAÇÕES

As abordagens feministas dos temas organizacionais, a partir de importante revisão de literatura realizada por Calás e Smircich (1998), contemplam as perspectivas liberal, radical, psicanalítica, marxista, socialista, pós-estruturalista e terceiro mundista, ou seja, as alternativas teóricas se apresentam em grande quantidade. Importante observar, no entanto, que, apesar das abordagens recentes sobre os estudos contemplando a mulher nas organizações, o tema ainda é, predominantemente, masculino. Calás e Smircich (1998, p. 281), ressaltam que o foco é investigar como os homens podem, efetivamente, atingir os objetivos organizacionais a partir de processos organizacionais, ou seja, como gerenciar (man/age). A expressão, na língua inglesa, não deixa margem para dúvidas. Gerenciamento seria algo inevitavelmente masculino?

Calás e Smircich (1998) registram que, nas organizações transnacionais localizadas em países em desenvolvimento, as mulheres que, tradicionalmente, ocupavam os empregos de pior remuneração e de nível de exploração, estão ficando desempregadas, pois os homens começam a aceitar os baixos salários e a ocupar essas vagas.

Calás e Smircich (1998, p. 277), ressaltam que a teoria feminista liberal surge no contexto da emergência do capitalismo em que noções de igualdade adquirem significativa importância. Afinal, uma nova perspectiva para a sociedade estava surgindo. Os liberais acreditam em um sistema de direitos individuais, dotados de racionalidade (dicotomia mente /corpo), mas as limitações sempre foram

evidentes. Esta teoria segundo Cockburn, citado por Calás e Smircich, (1998, p. 277),

[...] teve origem na tradição política liberal desenvolvida durante os séculos XVII e XVIII, quando o domínio da igreja e do feudalismo davam caminho para o surgimento do capitalismo e da sociedade civil; quando aspirações por igualdade, liberdade e fraternidade levavam à superação da ordem monárquica.”

Havia até mesmo um entendimento de que as mulheres poderiam satisfazer-se apenas com os trabalhos domésticos e familiares. Essa teoria é positivista e neutra em relação ao gênero, pois percebe as pessoas como seres individuais que buscam sua felicidade, sem buscar a igualdade no que são iguais com os homens, por exemplo, trabalho privado e público.

A teoria feminista radical, por sua vez, nega o enfoque anterior de que os problemas encontrados pelas mulheres num ambiente de trabalho, como falta de perspectiva de carreira, ausência de promoções e até questões como assédio sexual, não são pessoais ou individuais, mas consequência de privilégios masculinos em uma sociedade onde o homem exerce significativo poder (CALÁS e SMIRCICH, 1998, p. 286). Essa vertente é considerada radical, por estar centrada exclusivamente na mulher e visa uma nova ordem social em que as mulheres não sejam subordinadas ao homem (CALÁS e SMIRCICH, 1998, p. 286 - 287).

Toledo faz uma crítica a essas duas teorias: a liberal e a radical

[...] tanto as correntes liberais quanto radicais vêem o problema da mulher como um problema de gênero, ou seja, um problema advindo de uma construção social injusta de homens e mulheres, que são educados de maneira diferente, desigual, antagônica. (2005, p. 108).

Há ainda a abordagem psicanalítica que nega o determinismo biológico das abordagens psicanalíticas tradicionais de gênero, considerando “[...] que arranjos sociais específicos, como a família patriarcal, levam a distinções no desenvolvimento psicológico feminino” (CALÁS e SMIRCICH, 1998, p. 291).

Nesta teoria, Tong, citado por Calás e Smircich, (1998, p. 291), explica que ela se originou “[...] da psicanálise freudiana, mas como crítica e correção de seus vieses misóginos ou como base para uma interpretação psicanalítica centrada na mulher.” Essa teoria que identifica os indivíduos sexualmente, não apresenta estruturas de gêneros pois pai/homem e mãe/mulher dividem responsabilidades e compromissos na educação dos filhos. Porém, a mesma recebeu críticas, conforme Toledo apresenta,

[...] Freud refletia a ideologia dominante na época e, mesmo que tenha sido de forma inconsciente, acabou fornecendo à burguesia a base científica para sustentar ‘a vocação da mulher para ser mãe’, tão em voga na época, e a concepção burguesa de que a mulher é um ser ‘inferior’. De uma forma ou outra, Freud contribuiu para aumentar a opressão sobre a mulher, porque suas descobertas serviram de base para novos discursos machistas que insistiam na tese de que a desigualdade entre os sexos era um produto da natureza e não da história. (2005, p. 72).

A teoria feminista marxista existe desde meados do século XIX e, faz, como não poderia deixar de ser, uma crítica mais abrangente ao capitalismo, pois a organização da vida econômica condicionaria a vida social, política e intelectual. Ou seja, gênero, como classe social, seria uma categoria caracterizada por relações históricas de dominação e opressão. Ainda de acordo com Calás e Smircich (1998, p. 295), “[...] o feminismo marxista, então, trata da dupla opressão da mulher, como classe e gênero”.

Segundo Toledo, a teoria marxista tenta desfazer a idéia corrente de que “[...] as mulheres são inferiores por natureza [...] lutando para demolir essa concepção e demonstrar que a opressão da mulher na sociedade não tem um fundamento natural, mas social e histórico.” (2005, p. 23). Esta teoria ainda segundo Toledo (2005, p. 94), “Expôs as raízes da opressão da mulher, sua relação com um sistema de produção baseado na propriedade privada e com uma sociedade dividida em classes, na qual todas as relações são de propriedade.”

A teoria feminista socialista, que surgiu nos anos 1970, “[...] é uma confluência dos feminismos marxista, radical e psicanalítico.” (JAGGAR, 1983 apud CALÁS, 1998, p. 295). Essas feministas criticam as radicais e psicanalíticas por assumirem posicionamentos sem se preocupar com aspectos históricos e culturais.

Segundo Scott (1986, p. 1067), “[...] gênero é um elemento constitutivo das relações sociais, baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e uma forma primordial de significação de relacionamentos de poder.” A crítica dessa vertente teórica analisa o posicionamento do homem na esfera pública e da mulher na esfera privada, conseqüentemente submissa ao homem, este, detentor do controle financeiro da família. (CALÁS e SMIRCICH, 1998, p. 297 - 298).

Nas Teorias Feministas Pós-Estruturalistas / Pós-Modernas podemos encontrar três linhas distintas: a do Feminismo Francês, a da corrente Anglo-Americana e a do Feminismo Pós-Moderno. O Feminismo Francês relaciona a linguagem e a mulher, e Calás e Smircich (1998) ressaltam a contribuição de Jacques Lacan, Tong e Simone Beauvoir. Esta última cita “[...] a “alteridade das mulheres” é um espaço a ser ao mesmo tempo exigido e problematizado.” (BEAUVOIR, 1972). Na corrente Anglo-Americana, as idéias se desenvolvem a partir de Michel Foucault sobre pensamento e poder, e o rompimento com as teorias tradicionais. A terceira corrente, do Feminismo Pós-Estruturalista, apresenta características de várias teorias feministas, mas sua preocupação maior é com a constituição feminista dentro da modernidade e a desconstrução da imagem feminina por uma política feminista. Segundo Calás e Smircich (1998, p. 303),

[...] os feminismos pós-modernos / pós-estruturalistas permitem interseções mais complexas de gênero e outras categorias sociais, que tanto desconstruem posições analíticas tradicionais (por exemplo, mulheres e opressão feminina como categorias unitárias), quanto abrem espaços para diferentes engajamentos políticos que reconhecem relações assimétricas de poder entre aqueles que pretendem ser o ‘mesmo’.

E finalmente, a Teoria Feminista Terceiro – Mundista / (Pós) Colonialista, que, de acordo com Calás e Smircich (1998), analisa questões de gênero, não apenas como uma relação de sexo, e sim, de processos de globalização.

Essas são as teorias feministas mais conhecidas e discutidas por autores do tema, segundo Scott (apud CALÁS, 1998, p. 277) “[...] gênero é um termo ‘em construção’, que ao mesmo tempo reflete e constitui uma variedade de teorizações feministas.”

1.4 GÊNERO FEMININO, ESFERA PÚBLICA E ESFERA PRIVADA

As diferenças de papéis entre homens e mulheres sempre existiram em nossa sociedade, mas como eram aceitas de forma passiva, não havia questionamentos. As mulheres, no Brasil, por exemplo, de acordo com Prá (2001, p.187), até o final da década de 1960 tinham baixa escolaridade, pouca participação no mercado de trabalho, altas taxas de fecundidade e estavam submetidas a regras impostas pelos pais, maridos, igreja, escolas, sociedade e partidos políticos. Efetivamente, essas diferenças aparecem com mais ênfase nas décadas de 1970 e 1980, quando a desigualdade dos sexos começava a ser questionada por alguns segmentos da sociedade em temas como a escolarização da mulher, seu comportamento sexual, o trabalho feminino com salários iguais para trabalhos iguais aos dos homens e o papel da mulher na família, na sociedade e na política. Neste período, as mulheres começaram a participar das lutas de classes e dos sindicatos de suas categorias, proporcionando uma maior conscientização sobre elas mesmas. Inicia-se então o movimento denominado feminismo, “[...] uma doutrina que preconiza a ampliação dos direitos e do papel da mulher na sociedade” (MICHEL, 1982, p. 7). Desde então, o termo ‘feminismo’ vem sofrendo alterações e o que ele representava nos anos 1970 já não é o mesmo de hoje e, com certeza, não representará o mesmo nos próximos anos. Até porque, podemos observar que, com o passar dos anos, as mulheres vêm construindo sua identidade coletiva, com objetivos comuns, migrando de um feminismo exacerbado de clara oposição ao sistema vigente para um movimento de ocupação do espaço que lhe é devido, com uma visão de não feminismo, mas também de não submissão. O feminismo é considerado, segundo Cim, (1998, p. 42)

[...] como uma construção cultural, social e histórica que, com base biológica no sexo, determina valorativamente o masculino e o feminino na sociedade [...] O gênero também condiciona a valorização social assimétrica para homens e mulheres e a relação de poder que entre eles se estabelece.

A questão de gênero abordada aqui analisa a subordinação feminina e as transformações nas relações sociais nos diferentes espaços da sociedade como: a família, a escola, a religião, os meios de comunicação, os clubes, esferas que

definem os códigos de conduta dos indivíduos e que estão em constante transformação. Segundo Silveira (2002),

[...] o gênero como categoria de análise permite dimensionar como os valores atribuídos a atividades, a competência e às relações de gênero são transferidos para o espaço público e interagem com condicionantes sociais, culturais, políticos e econômicos.

Essa interação entre gênero, competência e condicionantes sociais são foco de nossa análise, bem como a ocupação pela mulher dos espaços nessa sociedade.

Atualmente, já são muitos os avanços das mulheres na esfera pública pois elas estão participando e sendo eleitas em cargos públicos. Muitas são juízas, promotoras e outras ocupam espaços que, até pouco tempo, eram áreas exclusivas do sexo masculino. Mas a discriminação persiste e a exclusão social do sexo feminino ainda está presente em pleno século XXI. O neoliberalismo no Brasil, principalmente a partir das reformas do Estado brasileiro na década de 1990, acentua as desigualdades sociais, incluindo as de gênero. E essas desigualdades sociais de gênero, de raça e etnias de classes, criam obstáculos para o desenvolvimento de capital social sendo que “[...] ‘capital social’ refere-se a elementos de organização social como as redes, normas e confiança social que facilitam a coordenação e a cooperação em benefício recíproco.” (PUTNAM, 1995, p. 67). O capital social é fundamental para a governabilidade local, para inovações tecnológicas e, principalmente, para a criação de políticas públicas para cidadãos e cidadãs. Para que isso ocorra, é necessário que acabe a desigualdade entre homens e mulheres no sentido de que tentemos a democracia plena, com a participação de todos, para que aconteça uma modificação profunda das normas e valores já pré-determinados.

De forma alguma podemos esquecer que, além de discriminação entre os gêneros, existem outros fatores excludentes como: raça, religião, posição social, preferências sexuais, partidos políticos e outras mais; fatores que também devem ser considerados e que reafirmam, institucionalmente, a posição de submissão da mulher em relação ao homem. Apesar de todos estes fatores, a mulher vem, paulatinamente, avançando no campo social e ocupando espaços doravante inimagináveis para “uma simples mulher”.

Yannoulas (2001, p. 83) utiliza o termo “empoderamento” das mulheres que expressa basicamente o “[...] desenvolvimento de potencialidades, ao aumento de informação e ao aprimoramento de percepções, pela troca de idéias, com o objetivo de fortalecer as capacidades, as habilidades e as disposições das mulheres para o exercício legítimo do poder”.

2 GÊNERO E RELAÇÕES DE TRABALHO

2.1 GÊNERO FEMININO E RELAÇÕES DE TRABALHO NO BRASIL

A participação das mulheres no mercado de trabalho a partir dos anos 1970 teve um expressivo crescimento, mas existem ainda diferenças significativas entre número de vagas para as mulheres em relação aos homens e diferença salarial entre os sexos. Em pleno século XXI, ainda existe uma segregação por gênero, sendo que as mulheres estão fora do mercado de trabalho por questões culturais, religiosas, familiares e outras mais.

Com o mercado comum entre os países, acabam se acentuando as desigualdades de gênero. Os homens ganham menos do que ganhavam anos atrás e as mulheres têm maior inserção no mercado formal e informal e, com isso, alguns empregos se apresentam de forma precária e vulnerável. Apesar da feminização do trabalho e o acentuado crescimento da inserção da mulher no mercado de trabalho formal, ainda ocorre uma significativa predominância masculina. Não podemos esquecer que as mulheres têm a dupla jornada de trabalho e, desta forma, procuram empregos de tempo parcial, conseqüentemente, com baixos salários. Outro fator é que os empregadores entendem que o salário feminino é um complemento na subsistência da família. A mulher, quando consegue um emprego, não só alcança sua emancipação, mas também conquista o “direito” de lutar pelos seus direitos trabalhistas, pois passa a fazer parte do conjunto da classe trabalhadora.

Percebe-se uma diferença nas classes sociais das mulheres brasileiras pois, grande parte das mulheres de classes menos favorecidas assume o sustento da família. Conforme Fleck e Wagner (2003), no Brasil, 27,5% dos lares têm na mulher a maior referência familiar, em termos de suporte financeiro.

Apresentamos a seguir dados de pesquisa da Fundação Perseu Abramo, realizada em 2001 e publicada em 2004, na qual foram entrevistadas 2.502 mulheres, em 187 cidades de 24 estados, abrangendo todas as regiões do Brasil. A pesquisa refere-se à participação da mulher no mercado de trabalho, destacando as diferenças de trabalho das áreas privada (serviços domésticos) e pública.

Tabela com a diferença de horas gastas nos trabalhos privados pelo sexo masculino e feminino.

Tabela 1 - Percentual do total de horas gastas com o trabalho doméstico entre casais por setor de atividade – setor formal, por gênero:

GÊNERO	HORAS GASTAS	PERCENTUAL (%)
Homens	7,79	20
Mulheres	31,67	80

Fonte: VENTURI; RECAMÁN; OLIVEIRA (Orgs.), 2004.

Com este quadro, podemos identificar claramente que as responsabilidades domésticas ou do setor privado são, na grande maioria, de responsabilidade feminina.

Tabela 2 - Percentual do total de horas gastas com o trabalho doméstico entre casais por setor de atividade – setor informal, por gênero:

GÊNERO	HORAS GASTAS	PERCENTUAL (%)
Homens	6,95	14
Mulheres	42,17	86

Fonte: VENTURI; RECAMÁN; OLIVEIRA (Orgs.), 2004.

Neste quadro, apesar de ambos terem trabalhos informais, como jardineiro(a), cozinheiro(a), faxineiro(a), garçom, garçonete, as mulheres são responsáveis pela maioria dos serviços domésticos.

Tabela 3 - Mulheres com trabalho remunerado (estimulada, em %):

TRABALHO	PERCENTUAL (%)
Faz trabalhos temporários/bicos	14
Trabalha regularmente	27
Total de trabalhos remunerados	41

Fonte: VENTURI; RECAMÁN; OLIVEIRA (Orgs.), 2004.

Mesmo considerando os trabalhos sem carteira assinada e sem direitos trabalhistas, as mulheres empregadas que conseguem receber pelos seus trabalhos realizados, ainda são menos de 50% da população feminina potencialmente ativa.

Tabela 4 - Mulheres no mercado de trabalho e posição na ocupação (estimulada, em %):

TRABALHO	PERCENTUAL (%)
Assalariada com carteira assinada	22
Funcionária pública	15
Autônoma / Conta própria regular	05
TOTAL	42

Fonte: VENTURI; RECAMÁN; OLIVEIRA (Orgs.), 2004.

As mulheres, apesar de terem conquistado somente 42% de espaço como trabalhadoras responsáveis e capazes, já se apresentam de forma significativa no mundo capitalista. Mesmo tendo somente 5% das mulheres como autônomas, hoje podemos dizer que as mulheres estão se empoderando como categoria social. “[...] Empoderar-se equivale, num nível bem expressivo do combate, a possuir alternativa (s), sempre na condição de categoria social.” (SAFFIOTI, 2004, p. 114).

No mundo das organizações, o fenômeno do homem ser detentor do maior número de vagas de trabalhos e dos melhores salários, repetiu-se e repete-se ao longo do tempo. A segregação sexual nos empregos é uma constante, como podemos observar nos quadros apresentados a seguir.

Tabela 5 - INDICADORES DE PARTICIPAÇÃO ECONÔMICA POR SEXO - BRASIL

População Economicamente Ativa (em milhões)						
Sexo	1981	1985	1990	1993	1995	1998
Homens	32,6	36,6	41,6	42,8	44,2	45,8
Mulheres	14,8	18,4	22,9	28,0	30,0	31,3
Taxas de atividades (%)						
Homens	74,6	76,0	75,3	76,0	75,3	73,9
Mulheres	32,9	36,9	39,2	47,0	48,1	47,5
Proporção de mulheres entre os trabalhadores (%)						
Homens	68,7	66,5	64,5	60,4	59,6	59,3
Mulheres	31,3	33,5	35,5	39,6	40,4	40,6

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE): Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) (em BRUSCHINI & LOMBARDI, Fundação Carlos Chagas, [s.d.], p. 3).

Podemos observar no quadro anterior que as mulheres, como população economicamente ativa, tiveram um aumento significativo de 1981 para 1998,

segundo Bruschini & Lombardi. Parte desse aumento no ano de 1993, tem a ver com o novo conceito de trabalho adotado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Este Instituto passou, desde 1992, a incluir atividades para o auto-consumo, a produção familiar e outras que, até então, não eram consideradas trabalho.

Tabela 6 - BRASIL - INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DO PESSOAL OCUPADO SEGUNDO O SEXO

Setor	1985		1993		1997	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Metalurgia	91,48	8,52	89,00	11,00	89,62	10,38
Material elétrico/Comunicação	67,54	32,46	70,65	29,35	71,26	28,75
Produtos Alimentícios	75,90	24,10	67,45	32,55	64,39	35,61
Bebidas	90,95	9,05	90,92	9,08	85,13	14,87
Fumo	65,92	34,08	57,02	42,98	60,97	39,03
Química	82,96	17,04	81,54	18,46	82,06	17,94
Farmacêutico	67,16	32,84	64,07	35,93	64,11	35,89
Cosméticos/Perfumaria	66,80	33,20	59,38	40,62	61,33	38,37
Material plástico	70,87	29,13	72,07	27,93	69,05	30,95
Editorial/Gráfica	78,23	21,77	73,27	26,73	67,96	32,04
Mecânica	91,79	8,21	84,74	15,26	82,89	17,11
Material/Transporte	89,72	10,28	87,88	12,12	84,35	15,65
Borracha	82,29	14,71	87,07	12,93	77,45	22,55
Fio/Tecido	49,24	50,76	51,17	48,83	50,35	49,65
Vestuário	22,04	77,96	23,34	76,66	27,59	72,41
Calçado	54,74	45,26	49,50	50,50	50,70	49,30
Outros	80,11	19,89	82,48	17,52	83,53	16,47
Total	73,65	26,35	71,67	28,33	71,87	28,13

Fonte: IBGE/PNAD, 1985,1993 e 1997 (em MELO, 2002, p. 36).

Com este quadro percebemos que, com exceção dos ramos Fio/tecido e Calçado, em que a proporção homem/mulher está estabilizada em meio a meio, no ramo do vestuário a mulher predomina. Apresenta, porém, perda de espaço nos ramos Material elétrico/Comunicação e Química que não apresentam alteração percentual no período. Todos os outros, apresentam crescimento da participação da mulher. Esses aumentos de participação das mulheres nos diversos ramos, apesar

de em alguns ainda serem tímidos, revelam a tendência de crescimento rumo à equiparação de espaço que a população masculina/feminina tem no Brasil.

Tabela 7 - DISTRIBUIÇÃO DOS OCUPADOS POR SEXO E FAIXAS DE RENDIMENTO - BRASIL

Classes de rendimento mensal (em salários mínimos)	1990		1993		1995		1998	
	H	M	H	M	H	M	H	M
Até 1 sm	19,9	33,3	25,5	35,7	19	28,2	18,4	25,8
De 1 a 2 sm	20,3	20,8	22,3	18,9	21	19,7	20,7	21
De 2 a 5 sm	29,3	21,9	25,1	14,3	28,1	18,5	29,7	21,3
Mais de 5 sm	22,8	12,5	15	6,4	20,3	10,1	19,6	11
Sem rendimento	7	11	10,9	23,8	10,3	22,7	10	19,9
Total (%)	100	100	100	100	100	100	100	100
Milhões	40	22,1	40,5	25,9	41,9	27,8	42,3	27,6

Fonte: FIBGE E PNADs (em BRUSCHINI & LOMBARDI, 2001-2002, p.195).

Nesta tabela podemos identificar, claramente, a existência da diferença de salários em relação aos sexos. Bruschini, conforme dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) confirma “[...] essa tendência à desigualdade salarial entre homens e mulheres trabalhadores como recorrente não apenas no Brasil, mas em todo o mundo.” Segundo a OIT “[...], para o período 1991-1996, no Brasil, o rendimento recebido pelas mulheres em trabalhos não agrícolas correspondia a 72% daquele recebido pelos homens; na França, 81% do masculino e, no Japão, a 62%” (2000, p.181).

A Fundação Perseu Abramo, em 2001, realizou pesquisa com as mulheres da região Sul para conhecer a jornada de trabalho das mesmas.

Tabela 8 - Jornada semanal de trabalho remunerado das mulheres da Região Sul do Brasil:

JORNADA SEMANAL DE TRABALHO	PERCENTUAL (%)
Até 20h semanais	26
De 20h a 40h	42
Mais de 40h	25
Nenhuma/zero horas	01
Média total de horas	33h14

Fonte: VENTURI; RECAMÁN; OLIVEIRA (Orgs.), 2004.

Com esta tabela podemos constatar que, as mulheres na região Sul do país, buscam trabalhos que tenham carga horária menor que 40h semanais para que possam se dedicar as suas funções privadas. Pelo fato da colonização dessa região ser predominante de italianos e alemães, e serem culturas de famílias grandes e preocupadas com os filhos, as mulheres tentam conciliar seus serviços privados com a conquista de seus espaços públicos.

Tabela 9 - Renda individual mensal, das mulheres da Região Sul do Brasil:

RENDA INDIVIDUAL MENSAL	PERCENTUAL (%)
Até 1 salário mínimo	31
De 1 a 2 salários mínimos	34
De 2 a 5 salários mínimos	21
Mais de 5 salários mínimos	07
Não sabe / recusa	08
Nenhuma / não teve renda	02

Fonte: VENTURI; RECAMÁN; OLIVEIRA (Orgs.), 2004.

Acreditamos que, devido ao fato de terem uma carga horária menor de trabalho, têm por consequência um salário reduzido, já que podemos constatar que 65% das mulheres recebem até dois salários mínimos, um valor baixo. Com isso constata-se o que vários autores defendem: que o salário feminino é apenas um complemento na renda familiar.

Nestas tabelas em que podemos constatar a diferença salarial entre homens e mulheres, utilizamos uma crítica de Toledo sobre o capitalismo,

[...] a ideologia de que a mulher pode ganhar menos porque seu salário apenas complementa o do homem serve como uma luva. O capitalismo explora a situação com a oferta de empregos que tornem “compatíveis” ambas as tarefas (no lar e na empresa) e que, por definição, serão “parciais” uma vez que o trabalho doméstico não se abandona. A mulher, portanto, é por definição mão-de-obra barata e flexível. (2005, p. 62).

Já Araújo (apud FIGUEIRA, 2007, p. 16) contextualiza,

Hoje em dia, de fato, o homem não é necessariamente o chefe da família. As mulheres ganharam esse espaço. Porém, a mesma troca ainda não ocorre, por exemplo, com relação aos afazeres domésticos. ‘O compartilhamento de papéis entre homens e

mulheres é maior, sobretudo, em relação ao provimento financeiro da família, mas não chegou ainda ao trabalho doméstico.’

Como podemos constatar nas tabelas 1 e 2 deste capítulo, a mulher acaba por fazer dupla jornada, tendo que conciliar os trabalhos das esferas privada e pública sem o apoio devido.

Tabela 10 - RENDIMENTO DOS OCUPADOS E OCUPADAS POR SETOR DE ATIVIDADE - BRASIL, 1995

Sexo e ramos de atividade econômica	Total		Classes de rendimento mensal (salários mínimos)					
	(milhões)	%	Até 2 sm	De 2 a 5 sm	De 5 a 10sm	Mais de 10 sm	Sem rendimento	Sem declaração
HOMENS	41.863.309	100	40,0	28,1	12,0	8,3	10,3	1,2
Agrícolas	11.907.665	100	55,0	11,2	2,6	1,7	27,9	1,5
Indústria	11.055.803	100	33,4	38,4	14,7	8,7	3,0	0,9
Comércio de mercadorias	5.552.828	100	38,4	31,5	13,3	9,9	5,7	1,1
Prestação de serviços	5.023.234	100	42,5	34,1	12,6	5,1	4,8	0,9
Serv. Aux. Da atividade econômica*	1.468.001	100	23,7	25,8	19,6	27,5	1,1	2,4
Transporte e comunicações	2.327.137	100	22,2	44,7	20,9	10,6	0,9	0,8
Social	1.516.906	100	28,9	28,5	19,4	19,6	2,3	1,4
Administração pública	2.104.046	100	28,9	34,8	19,8	15,3	0,2	1,0
Outra ativ., ativ. Mal def. ou não decl.**	871.689	100	26,5	17,3	24,1	28,9	0,6	2,5
MULHERES	27.765.299	100	47,9	18,5	6,6	3,5	22,7	0,8
Agrícola	6.246.577	100	16,0	1,2	0,2	0,1	81,9	0,6
Indústria	2.584.601	100	49,1	30,7	7,5	4,5	7,2	1,0
Comércio de mercadorias	3.563.812	100	47,7	25,8	7,9	3,5	14,2	1,1
Prestação de serviços	8.283.126	100	77,9	13,7	2,5	0,8	4,5	0,6
Serv. aux. da atividade econômica*	812.032	100	34,3	29,2	18,1	12,2	3,7	2,3
Transporte e comunicações	215.653	100	26,7	36,7	20,9	11,9	2,5	1,2
Social	4.527.094	100	45,2	32,8	13,5	6,2	1,5	0,7
Administração pública	1.070.120	100	37,7	27,5	19,3	13,9	0,2	1,5
Outra.ativ., ativ.mal def. ou não decl.**	462.284	100	19,6	27,2	26,8	22,2	1,5	2,6

Fonte: FIBGE E PNAD, 1995 (em BRUSCHINI, 2000, p.45).

* Serviços auxiliares da atividade econômica.

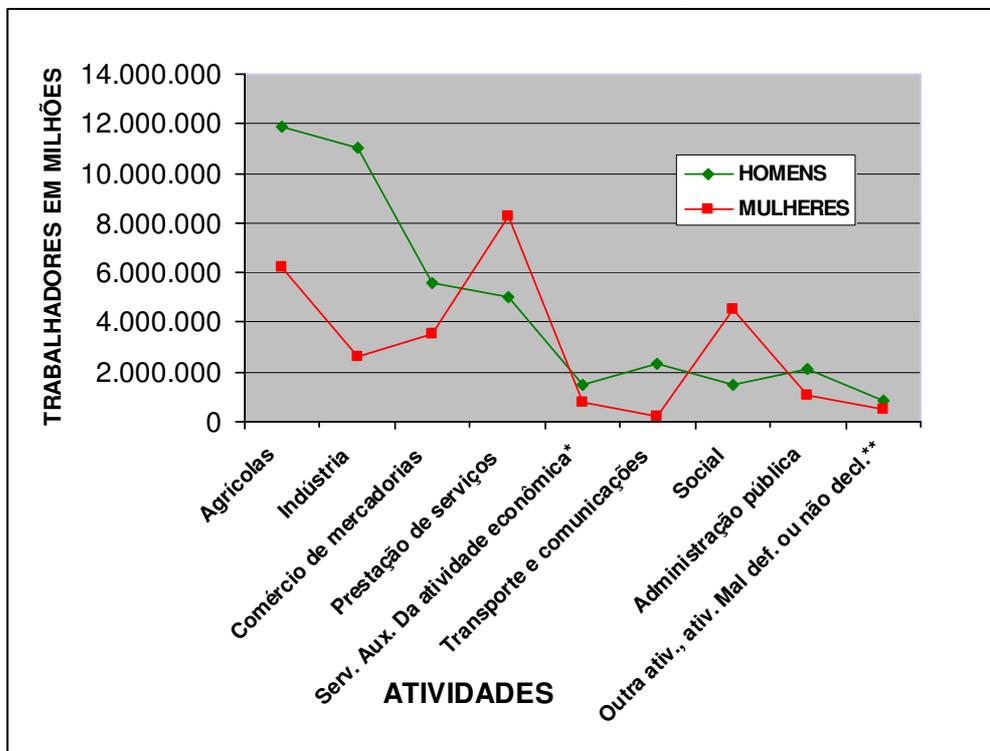
** Outras atividades, atividades mal definidas ou não declaradas.

Nesta tabela, a desigualdade de gênero é visível e assustadora quando analisamos os que recebem até 10 salários mínimos. Hirata e Lê Doaré afirmam,

[...] as desigualdades de salário – compreendidas em trabalho igual – são constatadas por toda parte do mundo, até em países que assinaram as convenções da OIT, que as proíbem. No setor industrial dos países desenvolvidos, o salário médio das mulheres representa três quartos do salário masculino devido, em parte, a uma menor qualificação do posto, mas também a uma repartição desigual entre os ramos econômicos e os postos ocupados. (1999, p. 17 - 18).

Considerando ainda os dados da tabela 10 representados no gráfico seguinte observamos que somente em dois ramos de atividades as mulheres se destacam superando numericamente os homens; os ramos de prestação de serviço e social. O que poderia ser motivo de comemoração por parte do gênero feminino deve receber análise mais apurada, pois nestes dois ramos 77,9% e 45,2% respectivamente, das mulheres, recebem rendimento mensal de até dois salários mínimos; constatando que nestes ramos as mulheres são muito mal remuneradas.

GRÁFICO 1 – Distribuição de ramo de atividades por gênero.



Fonte: Autora - baseado na tabela 10 - FIBGE E PNAD, 1995 (em BRUSCHINI, 2000, p.45)

Tabela 11 - PERFIL DAS MULHERES ECONOMICAMENTE ATIVAS OCUPADAS EM ATIVIDADES NÃO AGRÍCOLAS POR ATIVIDADE

ATIVIDADES	1997 em %	1990 em %	1981 em %
Serviços Domésticos	25,24	20,02	23,14
Escritório	14,83	13,53	12,39
Serviços judiciários, ensino e saúde	12,85	12,21	12,27
Serviços varejistas e atacadistas	6,52	7,26	8,60
Confecção de vestuário	9,54	8,33	6,42
Serviços de hotel, bares e restaurantes	3,75	5,07	5,12
Serviços auxiliares	4,84	6,30	4,59
Comerciante por conta própria	2,45	3,82	4,47
Comerciante ambulante	2,30	3,24	3,61
Técnicos e profissionais de escritórios e laboratórios	2,24	2,75	2,75
Serviços de barbearia e beleza	1,56	1,90	2,25
Outros proprietários	0,92	2,14	2,17
Ocupações genéricas de produção	1,68	1,63	1,41
Ministros, diretores e assessores	0,72	0,90	1,01
Serviços de comunicações	0,77	0,76	0,75
Confecção de sapatos e acessórios	1,45	1,05	0,68
Serviços de recreação e artesanato	0,31	0,63	0,65
Serviços financeiros, corretagem e seguros	0,25	0,33	0,57
Indústria de cerâmica, artigos de borracha, cimento e madeiras	0,67	0,49	0,49
Indústria têxtil	1,70	1,17	0,47
Funcionário público	0,32	0,50	0,41
Indústria de alimentação e fumo	0,56	0,52	0,40
Serviços de transporte	0,21	0,15	0,28
Proprietários	0,03	0,21	0,25
Indústria metalúrgica	0,35	0,25	0,20
Esportes	0,30	0,21	0,18
Trabalhos braçais	0,23	0,21	0,18
Indústria gráfica e papel	0,11	0,16	0,18
Serviço de segurança pública	0,06	0,12	0,16
Construção civil	0,06	0,15	0,12
Serviços de reparação	0,00	0,00	0,00
Indústria eletro-eletrônica	0,05	0,04	0,11
Religiosos	0,06	0,10	0,07
Sem declaração	0,04	0,05	0,01

Outros proprietários	2,78	3,53	5,56
Total percentual	100,00	100,00	100,00
Total de ocupadas em milhões	21.219.298	18.542.558	10.954.379

Fonte: PNAD, elaborado por Lavinias (2002, p. 39).

Nesta tabela observamos que, as áreas de maior incidência da força de trabalho feminina, estão nos setores de serviço com perfil de atividades femininas. Constatase, portanto, a restrição de participação da mulher em grande parte dos espaços de trabalho. Segundo Abramo afirma:

[...] a segmentação ocupacional de gênero reflete a concentração do emprego feminino em um número reduzido e determinado de setores e ocupações consideradas tipicamente femininas, mantendo restrito seu acesso a outras profissões e qualificações. (ABRAMO apud CUNHA, 1999-2000, p. 132).

Ao abordarmos as condições da mulher no mercado de trabalho, torna-se importante compreendermos com mais exatidão o conceito de *gênero*. “Entendemos ‘sexo’ como algo biologicamente definido e ‘gênero’ como sociologicamente construído, um ‘produto da socialização e vivência’ ”(CALÁS e SMIRCICH, 1998, p. 276). Importante registrar que a teoria organizacional tem se caracterizado por uma “literatura escrita por homens, para os homens e sobre os homens” (CALÁS e SMIRCICH, 1998, p. 281).

3 GÊNERO E POLÍTICA

Não foram poucos os autores e intelectuais, principalmente nos períodos imediatamente anteriores e posteriores à Revolução Russa, que projetaram o papel de destaque da mulher numa sociedade de iguais, em que não haveria distinções ou discriminação de sexo em atividades profissionais. A sociedade socialista jamais permitiria a dupla exploração da mulher, ou seja, de classe social e de gênero⁷. Esse foi um discurso que permeou o debate que envolveu a construção de uma “nova sociedade” e que contagiou gerações. O comunismo, como ideologia política, sempre fez uma apaixonada defesa da igualdade e liberação feminina⁸. Curiosamente, no entanto, as mulheres, com algumas poucas exceções, não se destacaram nas primeiras fileiras políticas de seus partidos. Em 1929, por exemplo, dos 63 (sessenta e três) candidatos a membros do Comitê Central da URSS, apenas 6 (seis) eram mulheres e, de 504 destacados membros do partido em 1924-29, 7% eram mulheres.” (HOBSBAWM, 1996, p. 309). Mesmos nos anos seguintes, em países que adotaram o socialismo, a realidade da condição feminina ficou abaixo das expectativas iniciais que imaginaram, nesses países, serem as condições ideais para que a igualdade entre sexos pudesse prevalecer.

Antes da Segunda Guerra Mundial, “a sucessão de qualquer mulher à liderança de qualquer república, em quaisquer circunstâncias, teria sido encarada como politicamente impensável” (HOBSBAWM, 1996, p. 307).

3.1 MULHERES NA POLÍTICA INTERNACIONAL

Apesar dos avanços ocorridos nas sociedades desenvolvidas, na década de 1980, a porcentagem das mulheres nos parlamentos latino-americanos não chegava a 11%, o que não era muito diferente de outros países ocidentais.

⁷ O feminismo socialista considera o gênero como um processo em que estão colocadas as relações de poder, considerando igualmente as condições histórico materiais (CALÁS & SMIRCICH, 1998).

⁸ Apesar do discurso pró-liberação feminina, Lenin demonstrava extrema irritação com o chamado sexo casual. Sobre este tema, ver Hobsbawm (1996, p. 309).

Sem dúvida, as pioneiras em âmbito mundial, a exercerem liderança política no primeiro escalão de seus países, foram Margaret Thatcher, primeira ministra da Inglaterra de 1979 a 1990 e Indira Gandhi que tornou-se primeira ministra da Índia de 1966 a 1984 (antiga colônia Britânica) e, que projetaram a mulher no cenário mundial.

De acordo com Athayde (2006, p.12):

A relevância das mulheres no poder faz-se notar quando elas somam 12 chefes de Estado no mundo. Além de Michelle Bachelet no Chile, Ângela Merkel na Alemanha, Gloria Arroyo nas Filipinas, Tarja Halonen na Finlândia, Ellen Johnson-Sirleaf na Libéria e Portia Simpson Miller na Jamaica [...]. Também não se pode ignorar o poder de Condoleezza Rice, a secretária de Estado dos EUA e uma das figuras mais influentes no país mais poderoso do mundo.

Essas mulheres têm algo bastante significativo em comum: conquistaram o poder em sociedades ainda conservadoras.

Michelle Bachelet, presidente do Chile, antes da eleição realizou vários trabalhos comunitários. Foi Ministra da Saúde e a primeira mulher, em toda a América do Sul, a ocupar a pasta da Defesa. Ao assumir a Presidência do Chile fez seu colegiado misto, sendo a metade de mulheres e a outra, de homens.

Da mesma forma, Ângela Merkel chegou ao poder na Alemanha como a primeira chanceler, apesar de ser cidadã da antiga Alemanha Oriental, ter participado ativamente da derrubada do Muro de Berlim em 1989 e não ter filhos, situação que se mostra desfavorável à mulher pois, como diz o ditado popular: “se não consegue cuidar de uma família como irá cuidar de um país”.

A presidente das Filipinas eleita em 2005, Gloria Arroyo, já foi senadora e é filha do ex-presidente Diosdado Macapagal. Tem um governo turbulento e está sofrendo impeachment.

Na Finlândia, a presidente Tarja Halonen, iniciou em 2006 seu segundo mandato e faz parte de um partido de esquerda. É mãe solteira e luta pelo pacifismo e pelos direitos humanos.

A presidente da Libéria, Ellen Sirleaf, eleita em 2005, foi presa política e assumiu o país, após décadas de guerra, com divisão de raças, credos e muitos traumas devidos aos conflitos.

Portia Simpson Miller é a primeira ministra a governar a Jamaica a partir de 30 de março de 2006. Já havia ocupado cargo no parlamento pelo Partido Nacional Popular, já foi Ministra do Trabalho e do Turismo.

O presidente da França, Nicolas Sarkozy, eleito em maio de 2007, teve como sua maior concorrente uma mulher. Após ser eleito, Sarkozy reduziu pela metade o número de pastas em seu governo, passando-as para quinze ministérios. Destes, sete ministérios serão administrados por mulheres: Michèle Alliot-Marie, Interior; Rachida Dati, Justiça; Valérie Pécresse, Ensino Superior e Pesquisa; Christine Albanel, Cultura e Comunicação; Christine Boutin, Habitação e Cidade; Roselyne Bachelot, Saúde e Esporte e Christine Lagarde, ex-ministra do Comércio e Exterior do governo Chirac que assumirá o ministério da Agricultura.

Em 2008, teremos eleições nos Estados Unidos da América do Norte e dois nomes cotados para assumir a presidência do país são: Hillary Clinton e Condoleezza Rice. Segundo Harazim (2006, p. 34) “Caso Hillary ou ‘Condy’ venham a assumir a chefia dos EUA, com tudo o que a Casa Branca tem de emblemático, o mundo poderá passar a se ocupar de aspectos bem mais interessantes da questão que envolve gênero e poder”, colocando a questão de gênero em destaque com uma projeção nunca presenciada antes na história.

O desafio a ser enfrentado pelas mulheres, no campo político, é complexo. A presença da mulher nesse meio é considerada uma intrusão, como um “corpo estranho” no ninho masculino. De acordo com Matos apud Athayde:

A política é um jogo masculino, com regras criadas por homens. Quando elas entram, têm de dialogar com isso e parte delas vai sucumbir e jogar o jogo, enquanto outras vão tentar reinventar esse espaço. É complicado aprofundar uma interação de gênero onde ela não existe. A política é um dos últimos redutos do mundo masculino. (2006, p.14).

A que empreender ainda muito esforço para se equiparar este jogo. O gênero feminino está apenas começando o diálogo e a ocupação de seu espaço de direito, apesar das conquistas já alcançadas.

3.2 GÊNERO, PODER E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NO BRASIL

No Brasil, em 1965, pela primeira vez falou-se da necessidade de filiação ao partido, após apresentar a folha corrida e a declaração de bens, para poder ser candidato pelo partido em qualquer eleição. Com a lei 9.096 de 19/09/1995, determina-se que o processo de seleção dos candidatos deva ser feito conforme normas dos Estatutos⁹ dos partidos.

Após filiados, os membros devem seguir as normas pré-estabelecidas, integrar-se às atividades desenvolvidas, crescer no partido e na sociedade até ter condições para candidatar-se e eleger-se em cargos nas esferas Municipal, Estadual e Federal. O modelo do sistema eleitoral brasileiro como cita Álvares (2005, p. 14),

[...] se situa entre os de representação proporcional de lista aberta apresentando critérios para a distribuição de cadeiras que os partidos conquistam entre os candidatos de uma lista. Esta lista elaborada pelos partidos, e votada em Convenção relaciona os nomes dos filiados/as apresentados para a competição e o ordenamento nominal é feito pelos eleitores ao escolherem seus candidatos/as preferenciais.

Não podemos deixar de considerar que os partidos políticos são organizações em constante transformação, sempre procurando se adequar a atual conjuntura e à cultura política do momento, bem como ao sistema eleitoral vigente. Conforme a organização do partido, a participação das mulheres é ou não melhor aceita pelos dirigentes.

Com o decorrer dos tempos, as mulheres organizaram-se em movimentos sociais, sindicais, profissionalizaram-se. Segundo Prá (2005, p. 48) “[...] do ponto de vista da classe trabalhadora, uma mulher que trabalha é uma mulher que pode participar do sindicato e dos movimentos políticos, e pode se localizar no seio da classe. Isso significa um ganho para a classe trabalhadora.” (PRÁ, 2005, p. 48). Mas, como podemos observar, as mulheres ainda ocupam um espaço muito pequeno na esfera decisória do poder governamental, considerando-se sua proporção numérica na população, em torno de 50%. Esse fato não é diferente no

⁹ Estatuto é uma lei orgânica que formaliza os princípios que regem uma associação.

poder legislativo do governo federal que é uma das três esferas de poder do governo e que, por sua concepção eletiva, deveria ser mais acessível à mulher. Podemos constatar que essa relação (restrição) de gênero continuou a ocorrer mesmo depois de 1932, quando as mulheres adquiriram o direito de votar e de serem votadas. Segundo Prá (2005, p.111),

[...] nos anos de 1930, registrava-se a eleição de duas deputadas federais. Entre 1950 e 1970, somavam-se quatro deputadas federais e uma suplente de senadora. Na década de 1980, o dado relevante é a eleição de 26 deputadas (1986) que iriam participar no processo de elaboração da Constituinte de 1988 [...] em 1990 o número chega a 30 e, em 1994, a 34, o equivalente a 6,8% de mulheres naquela casa legislativa.

Em 1995 surge a lei de cotas reservando 20% das vagas em partidos e coligações para mulheres. Essa lei sofreu alteração em 2000, quando foi aprovada que a representação de cada sexo deve ser no mínimo de 30% e, no máximo, de 70%. Segundo Avelar, “[...] as cotas de mulheres na política são parte das ações afirmativas para corrigir injustiças em relação às mulheres, no tocante ao monopólio da representação masculina representativa de determinados interesses.” (2001, p. 79). Os interesses de homens e mulheres coincidem em determinado momento, mas percebe-se que as mulheres preocupam-se mais com políticas públicas com o objetivo à democratização que, segundo Krischke, “[...] é um processo histórico de aprendizado de novos valores, atitudes e comportamentos sócio-políticos, que capacita grupos e indivíduos a criar e sustentar um novo modo de vida e novas instituições para organizar esse mundo vivido.” (2003, p. 63).

Nicolau nos relata que poucos autores questionam que o sistema partidário brasileiro é fragmentado, sendo provavelmente o maior número de partidos relevantes do mundo.” (NICOLAU, 1996).

A Fundação Perseu Abramo, no ano de 2004, publicou uma pesquisa realizada no ano de 2001, em 187 municípios brasileiros, atingindo um total de 2.502 mulheres de quinze anos ou mais, sobre a importância da política: se a política é lugar de mulher e qual a importância dos partidos políticos para elas.

Tabela 12 - Evolução da percepção da influência da política.

Você diria que o que acontece na política influi ou não na sua vida? (Se sim) Influi muito ou pouco?

INFLUÊNCIA DA POLÍTICA	PERCENTUAL	(%)
Muito	28	
Um pouco	27	
Não influi		42
Não sabe/não respondeu		03
TOTAL	55	45

Fonte: VENTURI; RECAMÁN; OLIVEIRA (Orgs.), 2004.

A análise desses dados é muito significativa pois, 42% das entrevistadas pensam que o que acontece na política não influencia em suas vidas, demonstrando completo desconhecimento do alcance e da abrangência da mesma. Do total, 55% das mulheres consideram que a política influi nas suas vidas.

Tabela 13 – Evolução da Percepção da Influência da Mulher na Política

INFLUÊNCIA NA POLÍTICA	PERCENTUAL	(%)
Muito	17	
Um pouco	24	
Não influi		56
Não sabe/não respondeu		03
TOTAL	41	59

Fonte: VENTURI; RECAMÁN; OLIVEIRA (Orgs.), 2004.

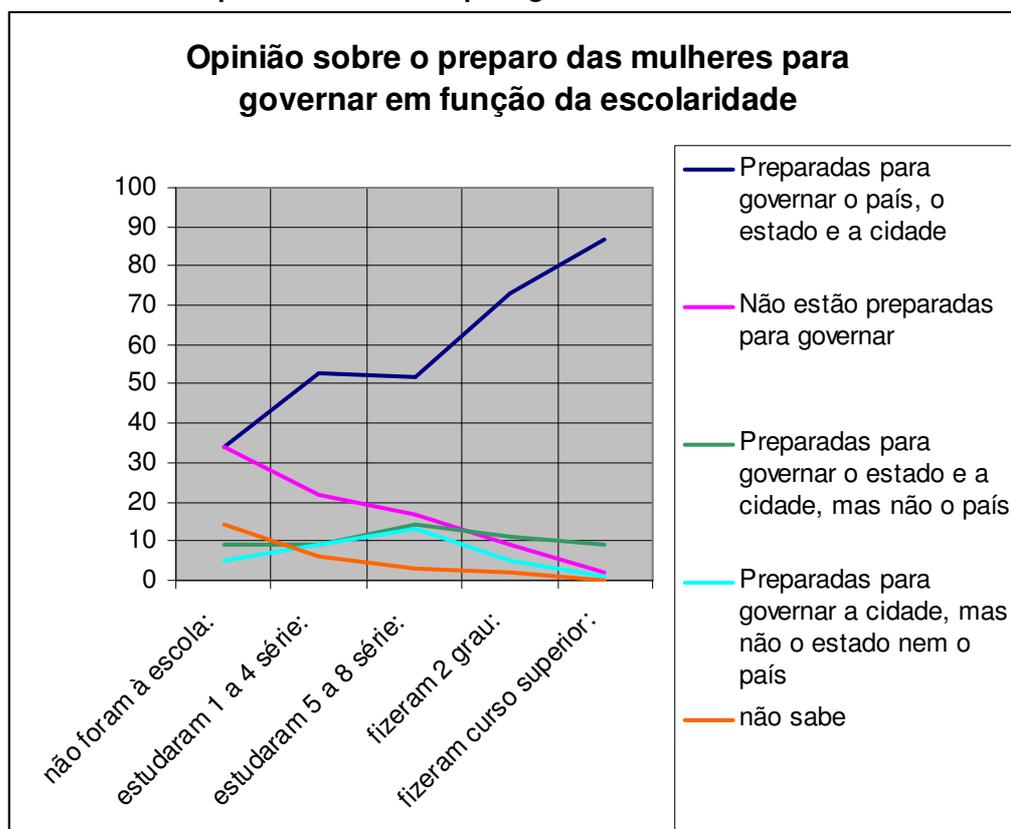
Neste caso percebemos que a maioria das mulheres, 56%, pensam que suas opiniões e idéias não influenciam na política. Possivelmente, essas mulheres devem acreditar que seu espaço é o privado e que, o espaço público é dos homens portanto, concluindo: política é para os homens. Do total, 41% das mulheres consideram que influem na política.

No Fórum Social mundial realizado em janeiro de 2005, na cidade de Porto Alegre o escritor português José Saramago afirma que estamos vivendo uma “democracia amputada” no qual o único poder dos cidadãos na esfera política, é trocar de governo. Baseados nesta afirmação de Saramago concordamos; pois que a ação política no Brasil em geral restringe-se aos momentos dos pleitos eleitorais,

alijando os cidadãos da construção política no cotidiano. Será portanto redundante, porém não menos importante, afirmar que o gênero feminino não dispõe de espaço neste cenário; que não garante espaço algum a qualquer cidadão.

Na mesma pesquisa constatamos que, se as mulheres têm acesso a escolaridade, demonstram crescente interesse na participação política, conforme os dados do gráfico a seguir:

GRÁFICO 2 – Preparo das mulheres para governar.

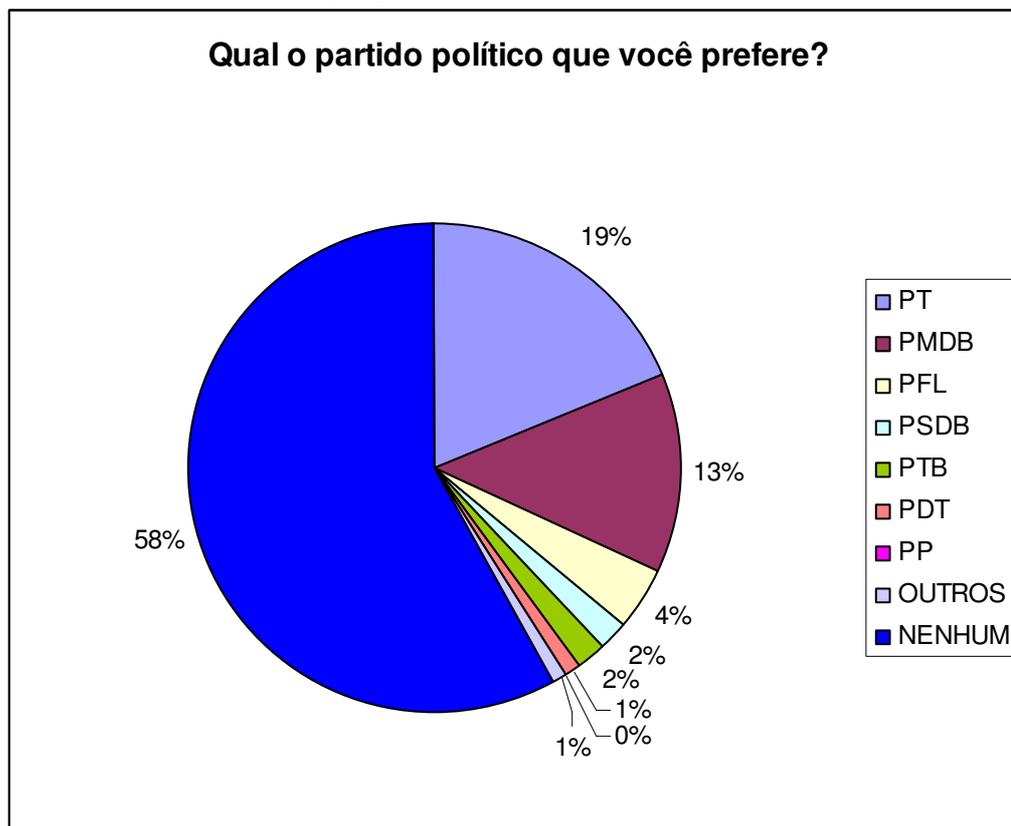


Fonte: VENTURI; RECAMÁN; OLIVEIRA (Orgs.), 2004.

Percebemos que, a melhora na escolaridade, provoca no gênero feminino uma visão mais clara de sua dimensão na sociedade. Apesar disso, a escola ainda prepara a mulher para ser uma boa dona de casa. Mesmo com esta visão macro da escola, a mulher ganha asas e se liberta de seus grilhões à medida que avança no nível de escolaridade. Segundo Avelar (2001, p. 88) “[...] as mulheres mais jovens e com trabalho também fora de casa, com maior grau de escolaridade, são as que se declararam mais interessadas por assuntos políticos.”

Na pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo em 2001, as mulheres também foram questionadas sobre a preferência partidária, apresentada no gráfico a seguir:

GRÁFICO 3 – Preferência por partido político.



Fonte: VENTURI; RECAMÁN; OLIVEIRA (Orgs.), 2004.

As respostas dadas no gráfico anterior, mantém relação com a resposta da tabela 13, na qual a maioria das mulheres acha que não influencia na política. Já neste gráfico, a maior parte não escolheu um partido por preferência, pois a questão partidária é algo desconhecido entre elas. As que optaram por um partido político, escolheram em sua maioria os partidos PMDB e PT.

Podemos refletir que, embora não seja um entendimento consensual, a esquerda teria monopolizado, ao longo do século XX, a defesa da igualdade de gênero conforme Araújo:

[...] no Brasil os partidos começam a adotar cotas para as suas instâncias partidárias. Essa política ainda é mais presente entre os partidos definidos como de esquerda e menos entre os definidos como de direita. O PT apresenta uma trajetória mais sólida na

adoção dessa política, embora isso não signifique ausência de conflitos [...] as cotas constituem hoje um dos principais emblemas de compromisso partidário para com as mulheres. (2005, p. 209, 211).

Segundo dados apresentados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), estavam aptos para votar no pleito de 2006, 125.913.479 eleitores/as, sendo que, desse total, 51,53% eram mulheres. Dessa forma, as mulheres somam 4 milhões de votos a mais que os homens em todo o país. Apesar de, em 1932, as mulheres conquistarem o direito de votar e serem votadas, conforme dados do TSE, as mulheres somente foram eleitas para a Câmara Federal nos anos 1980 e nos anos 1990 para o Senado e Governos Estaduais.

No ano de 2006 tivemos 02 mulheres candidatas à Presidência da República¹⁰, 26 aos Governos Estaduais, 35 ao Senado Federal e 652 à Câmara Federal. Foram eleitas 45 deputadas em todo o Brasil e 1.783 para Assembléias e Câmaras Legislativas estaduais. Dentre essas candidatas, temos mulheres com muita expressão no meio político, como a candidata à Presidência da República Heloísa Helena, que já foi senadora e presidente do Partido PSOL. Destacam-se também, as candidatas aos Governos Estaduais como Ana Júlia de Vasconcelos Carepa (PT – PA) e Roseana Sarney Murad (PFL – MA), que atualmente são senadoras¹¹; as candidatas Denise Frossard Loschi (PPS – RJ) e Yeda Rorato Crusius (PSDB – RS), que foram Deputadas Federais com mandatos até final de 2006¹². Já a candidata Wilma Maria de Faria (PSB – RN) disputou a reeleição como governadora obtendo êxito no pleito. Já, no ano de 2002, para os Governos Estaduais, tivemos duas Governadoras eleitas: Rosinha Garotinho (PMDB - RJ) no primeiro turno e Wilma Maria de Faria (PSB – RN), no segundo. Nas últimas eleições, nenhuma mulher foi eleita no primeiro turno e no segundo turno foram eleitas Yeda Rorato Crusius (PSDB – RS) e Ana Júlia de Vasconcelos Carepa (PT – PA) e, reeleita, Wilma Maria de Faria (PSB – RN).

¹⁰ Ao que tudo indica a ocupação da cadeira de presidente da república por uma mulher, não se dará pela primeira vez, por candidata eleita pelo voto, mas, pela ministra Ellen Gracie Northfleet que assumiu em 27 de abril de 2006 a Presidência do Tribunal Superior Eleitoral, tornando-se a quarta autoridade na linha de substituição do presidente da república, podendo assumir interinamente o cargo. O que não deixa de ser um grande avanço político da mulher no espaço público e, que não poderia deixar de ser referenciado neste trabalho.

¹¹ Ana e Roseana não foram eleitas, retornando ao mandato de senadoras com término em 2008.

¹² Denise e Yeda foram eleitas e assumiram o governo de seu respectivo estado a partir de 01/01/2007.

Também são várias as candidatas que concorreram à reeleição, em 2006, como deputadas estaduais e muitas mulheres também são líderes comunitárias e em seus partidos. Algo interessante para analisarmos é que, pela primeira vez, existem candidatas para o cargo de Presidente da República e com uma aceitação bastante significativa dos eleitores, visto que Heloísa Helena Lima de Moraes, do PSOL, conquistou o terceiro lugar no pleito, totalizando aproximadamente 7% do total dos votos válidos.

No Senado, em 2006 tivemos um total de 19 mulheres candidatas, mas somente 4 se elegeram para a renovação de 1/3 do Senado Federal: as senadoras Kátia Regina de Abreu (PFL – TO); Rosalba Ciarlino Rosado (PFL – RN); Maria do Carmo do Nascimento Alves (PFL – SE) e Marisa Joaquina Monteiro Serrano (PSDB – MS).

Sobre a eleição para Câmara de Deputados Federais, a diferença de mulheres eleitas de 2002 para 2006 foi pequena. No ano de 2002 foram eleitas 42 mulheres, para 45 no ano de 2006¹³, sendo ainda, a maioria eleita nas regiões Norte e Nordeste. Conforme Araújo (2006)

[...] tem sido predominante a eleição em Estados menores, considerados menos desenvolvidos ou com grau mediano de desenvolvidos e mais conservadores em termos políticos ou culturais. Segundo, sob o ângulo dos partidos, constata-se que os de Esquerda tendem a eleger mais mulheres do que os partidos de Centro ou de Direita.

Ainda de acordo com o Jornal O Estado de São Paulo, “[...] Na Câmara atual, 49% das deputadas foram eleitas graças a suas participações em movimentos sociais ou depois de terem ocupado cargos públicos expressivos.” (COSTA, 2007, p. A22).

Para que o número de mulheres filiadas aos partidos aumente, e que haja interesse das eleitoras em nelas votar, o grupo de filiadas deve organizar reflexões e estudos sobre as questões feministas, cidadania das mulheres e a igualdade de gênero, para que formem novas lideranças que possam atuar na sociedade civil, na política e na formação de novas políticas públicas. “[...] os partidos políticos têm papel fundamental na organização das demandas institucionais para o ingresso do

¹³ Dados retirados de www.camara.gov.br

cidadão e da cidadã na vida política (como eleitor/a e como aspirante ao cargo eletivo) de um país.” (ÁLVARES, 2005, p. 4)

No decorrer da história, podemos verificar que aqueles que ocupam cargos políticos e são eleitos no decorrer de várias eleições, na maioria são homens. Ainda são grandes as dificuldades para que as mulheres possam se garantir nesta posição. Aquelas que conseguiram, tiveram que realizar muita política externa ao partido, bem como trabalhos voluntários e se apresentar sempre como uma liderança na sociedade e em seu local de trabalho. A partir dos anos 1990, até hoje, surgiram novos partidos políticos. Com isso, aumenta a possibilidade da mulher para conquistar novos espaços nas questões políticas partidárias, apesar de que, em alguns partidos novos e pequenos, o machismo ainda seja muito significativo. Durante os anos 1990 alguns partidos atualizaram seus estatutos ressaltando o sistema de cotas por sexo, entre esses o PT, PDT, PPS e o PV. Dessa forma, alguns partidos começaram a entender a importância das mulheres nas esferas públicas e nas construções de políticas públicas para os cidadãos e cidadãs. Conforme Araújo,

[...] a situação brasileira pode ser ilustrativa dessa análise. Se observarmos o cenário das candidaturas, notamos que os partidos denominados de “nanicos” tendem a apresentar elevado percentual de candidatas quando comparados aos partidos maiores. Contudo, a elegibilidade das mulheres é muito pequena, não obstante elas somarem votos para que alguns candidatos possam eleger-se. (2005, p. 198).

As mulheres, com sua força e com sua história de luta, podem fazer a diferença na hora de elencar as prioridades eleitorais, rompendo com as práticas autoritárias e machistas que discriminam e desrespeitam a mulher.

Aqui no Brasil, entre as mais conhecidas, atualmente, no cenário político estão Dilma Roussef e Marina Silva, Ministras do governo Lula durante as duas gestões. A ex-senadora Heloísa Helena, que obteve a terceira colocação na eleição para a Presidência da República em 2006; também é nacionalmente conhecida Roseana Sarney (PFL), já eleita em vários cargos políticos; a deputada federal Denise Frossard (PPS); a ex-governadora do Estado do Rio de Janeiro, Rosinha Garotinho; a prefeita de Fortaleza, Luizianne Lins (PT) e Marta Suplicy, ex-prefeita de São Paulo e atual Ministra do Turismo, concorreu ao cargo de governadora,

conquistando o segundo lugar. Entre as diversas mulheres eleitas em 2006, destaca-se a governadora eleita do Rio Grande do Sul, Yeda Rorato Crusius (PSDB), por conseguir uma dupla vitória: conquista o governo em um estado extremamente politizado e de grandes conquistas sociais mas, também, alcançar êxito onde paradoxalmente o gênero, ainda sofre discriminação acentuada.

Como podemos constatar, são muitos os avanços das mulheres no contexto da política, espaço esse, até pouco tempo, predominantemente masculino. As mulheres participaram de muitas lutas em defesa dos direitos de votar e de serem votadas, dos direitos das crianças, das mulheres, dos idosos, dos sem-terras, dos sem-tetos, da assistência social, das aposentadorias, entre outras mais. Mas ainda lutam para estabelecer igualdade de gênero na política, tendo que lutar, inclusive, contra o preconceito do próprio gênero. Segundo explica o cientista político Luís Felipe Miguel, professor da Universidade de Brasília:

[...] que há uma corrente de estudo que acredita que as mulheres se comportem diferentemente dos homens na política por ter um treinamento social diferenciado. “Mas as experiências concretas de mulheres no poder não confirmam isso”. No entanto, ele afirma ser inegável que as mulheres entrem na política em uma situação de “inferioridade simbólica” já que esse é um espaço masculino: uma vez no Parlamento, há duas opções: ou a mulher enfrenta o preconceito e age da mesma forma que o homem, com o ônus de ser tachada de masculinizada, ou restringe-se aos nichos que no campo político são ligados às mulheres. (Apud ATHAYDE, 2006, p.14 - 15).

Nas eleições de 2.000, em que se candidataram 70.321 mulheres para os legislativos municipais, foram eleitas 7.000, aproximadamente 10% das candidatas. As candidaturas masculinas foram em número de 296.902, sendo eleitos 53.257, aproximadamente 18% dos candidatos. Podemos entender estes resultados de formas distintas. Considerando o percentual menor de aprovação feminino na primeira hipótese, a postura que o poder vigente assume parece politicamente correta, mas na verdade não o faz de forma séria, pois permite a participação da mulher apenas em condição numérica, sem oportunizar, realmente, o desenvolvimento de lideranças femininas; apenas se cumpre a “tabela”. Na segunda hipótese, também considerando o percentual menor de aprovação, pode-se identificar uma sociedade “incluindo-se nela as mulheres” que ainda discrimina o gênero, aceitando melhor o homem no poder.

Ressalta Avelar:

[...] que a participação das mulheres na elite política alarga o campo dos direitos humanos, civis e políticos, dentro e fora da arena eleitoral e partidária [...] a ausência feminina na vida política e nas políticas públicas afeta profundamente a vida das mulheres. (2001, p.147).

As mulheres, quando levam para o espaço público problemas e experiências da esfera privada, rompem com a concepção de divisão entre público e privado, apresentando a interligação do público com o privado.

No ano de 2.000, tivemos eleições para prefeitos no Brasil. Tem-se como certo que é na esfera municipal o âmbito de maior participação das mulheres. Segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral, apresentados na tabela 14, dos prefeitos eleitos por estados e gênero no ano de 2000, temos:

Tabela 14 - Prefeitos eleitos por Estados e gênero para o ano de 2000

UF	Masculino	Feminino	Não Informado	Total
AC	21	1	0	22
AL	89	13	0	102
AM	60	2	0	62
AP	15	1	0	16
BA	392	25	0	417
CE	162	22	0	184
ES	76	1	1	78
GO	226	20	0	246
MA	198	19	0	217
MG	812	41	0	853
MS	72	5	0	77
MT	132	7	0	139
PA	132	11	0	143
PB	206	17	0	223
PE	171	14	0	185
PI	200	22	0	222
PR	381	18	0	399
RJ	88	4	0	92
RN	156	11	0	167
RO	48	4	0	52

RR	12	3	0	15
RS	488	9	0	497
SC	288	5	0	293
SE	69	6	0	75
SP	621	24	0	645
TO	127	12	0	139
Total	5.243	317	1	5.561

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

Tabela 15 - Prefeitos eleitos por Estados e gênero para o ano de 2004

UF	Masculino	Feminino	Não Informado	Total
AC	20	2	0	22
AL	83	17	2	102
AM	58	3	1	62
AP	14	2	0	16
BA	382	34	1	417
CE	161	21	2	184
ES	71	6	1	78
GO	220	23	3	246
MA	191	21	4	217
MG	805	42	6	853
MS	68	10	0	78
MT	136	5	0	141
PA	130	12	1	143
PB	195	27	1	223
PE	174	10	0	184
PI	196	26	1	223
PR	371	23	5	399
RJ	85	6	0	91
RN	140	25	2	167
RO	46	5	1	52
RR	11	4	0	15
RS	478	17	1	496
SC	284	9	0	293
SE	65	9	1	75
SP	608	30	7	645
TO	121	17	1	139
Total	5.113	406	41	5.561

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

As mulheres ocuparam 5,7% das prefeituras em todo o Brasil no ano de 2000. Da mesma forma, apresentamos os dados da eleição para prefeitos em 2004 em todo o Brasil, de acordo com a tabela 15. Comparando os dados da tabela 14 com os da tabela 15, dos prefeitos eleitos por Estados e gênero no ano de 2004, observamos que, do percentual de 5,7% das prefeituras ocupadas por mulheres em 2000, houve um aumento do espaço ocupado por elas, elevando o índice para 7,3%. Mesmo com este aumento, ainda fica claro que existe um espaço muito pequeno ocupado pela mulher, se considerarmos que o eleitorado feminino é maioria. Segundo Galli “[...] as mulheres representam a maior parte do eleitorado; de um total de 125.913.000 votantes, elas somam 51,53%.” (2006, p. 33). Desta forma, se considerarmos a hipótese das mulheres votarem em mulheres, sem considerar os eleitores masculinos, já teríamos um enorme potencial de crescimento possível. Entretanto esta seria uma forma simplista de se ver a questão. Segundo Galli (2006, p. 38 - 39),

A propaganda do Partido dos Trabalhadores (PT) em meados da década de 80, de que trabalhador vota em trabalhador, só funcionou para aqueles trabalhadores que realmente se identificavam com sua categoria, participando dos sindicatos e outras associações trabalhista, explica Leoncio Camino. Na mesma situação, continua o professor, não se deve esperar que as mulheres votem somente em mulheres. Mas por outro lado, certamente mulheres ligadas aos movimentos feministas votarão em mulheres que apresentem as propostas desses movimentos.

Consideramos então que, somente através da participação do gênero feminino nos movimentos sociais e políticos e assumindo a liderança dos mesmos, a mulher conseguirá explorar este potencial de eleitoras de 51,53 % e, possivelmente, indo além dele, já que não existe lei que proíba homens de votar em mulheres.

A ausência da participação feminina tem, como consequência, menos políticas públicas nos temas ligados à presença da mulher na política. Conforme Teles

[...] O sistema político tem que mudar sua lógica em que o paradigma são os homens. As mulheres precisam de creches e restaurantes populares para participarem das reuniões e articulações que se dão no meio do público. A dinâmica da política tem que atender suas necessidades de modo a incorporá-las nas atividades políticas. Os homens precisam assumir com responsabilidade a divisão do trabalho doméstico. (2007, p. 11).

Essa acentuada desigualdade entre homens e mulheres no Brasil, principalmente na participação política, onde nem se criam condições para que as mulheres consigam, além da dupla jornada, exercer seus direitos políticos, faz com que Piovesan (2006) afirme:

[...] o pleno exercício dos direitos políticos das mulheres requer e pressupõe o pleno exercício de seus direitos civis, e vice-versa. O maior desafio contemporâneo é consolidar os valores igualitários e democratizantes, compondo um paradigma emancipatório capaz de transformar valores sociais e práticas culturais discriminatórias, assegurando o exercício da cidadania civil e política das mulheres nos espaços públicos e privados em sua plenitude e com dignidade.

Seguem tabelas 16 e 17, que apresentam prefeitos eleitos, por gênero e partidos no Brasil, em 2000 e 2004, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral.

Tabela 16 - Prefeitos eleitos, por gênero e partidos, no Brasil no ano de 2.000.

Partido	Masculino	Feminino	Não Informado	Total
PAN	1	0	0	1
PCdoB	0	1	0	1
PCB	0	0	0	0
PDT	282	6	0	288
PFL	953	75	0	1.028
PGT	0	0	0	0
PHS	6	0	0	6
PL	225	9	0	234
PMDB	1.198	59	0	1.257
PMN	14	0	0	14
PPB	586	32	0	618
PPS	155	11	0	166
PRN	3	0	0	3
PRONA	0	0	0	0
PRP	13	3	0	16
PRTB	4	0	0	4
PSB	120	13	0	133
PSC	30	3	0	33
PSD	101	10	0	111
PSDB	932	58	1	990
PSDC	8	0	0	8
PSL	26	0	0	26

PST	15	1	0	16
PSTU	0	0	0	0
PTdoB	5	1	0	6
PT	178	9	0	187
PTB	373	25	0	398
PTN	2	0	0	2
PV	12	1	0	13
Total	5.243	317	1	5.561

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

Tabela 17 - Prefeitos eleitos, por gênero e partidos, no Brasil no ano de 2.004.

Partido	Masculino	Feminino	Não Informado	Total
PAN	1	0	0	1
PCdoB	9	1	0	10
PCB	0	0	0	0
PCO	0	0	0	0
PDT	288	17	1	306
PFL	721	64	4	789
PGT	0	0	0	0
PHS	25	0	1	26
PL	337	40	5	382
PMDB	975	77	7	1059
PMN	30	1	0	31
PP	514	35	2	551
PPS	286	19	3	308
PRONA	6	1	0	7
PRP	34	3	0	37
PRTB	10	2	0	12
PSB	159	15	1	175
PSC	22	1	3	26
PSDB	813	53	5	871
PSDC	12	0	1	13
PSL	22	2	1	25
PSTU	0	0	0	0
PTdoB	19	2	2	23
PT	382	27	2	411
PTB	378	40	3	421
PTC	14	2	0	16
PTN	3	2	0	5

PV	53	3	0	56
Total	5.113	407	41	5.561

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

Na tabela 16, da eleição de 2000, presenciamos seis partidos pequenos elegendo prefeitas e, na tabela 17, da eleição de 2004, constatamos a ampliação da participação delas com 11 siglas pequenas ocupando o espaço das prefeituras, sendo que existe uma diversidade de tendências políticas que vão da extrema esquerda a extrema direita e, deste modo, podemos concluir que

[...] o povo brasileiro não vota na filiação partidária do (a) candidato (a) e sim na personalidade e simpatia do candidato (a). Dessa forma pode-se eleger candidatos de partidos pequenos. Principalmente pelo fato de que o número de filiados a partidos políticos no Brasil não é superior a 3%¹⁴. (MAINWARING, 2001).

A sigla torna-se, portanto, apenas um caminho obrigatório que deve ser seguido por quem deseja concorrer a cargo público eletivo. Reforçando esta posição, Meneguello (1998, p. 40) afirma “O personalismo e o carisma são vetores predominantes no processo de decisão do voto e sobrepõem-se às estruturas partidárias, muitas vezes não traduzindo o tamanho das organizações existentes.” Constatamos também que houve, relativo às eleições de 2000 e 2004, além do aumento de siglas pequenas ocupadas por mulheres, um aumento significativo do espaço político destas siglas que, no ano de 2004, dobraram o número de prefeituras ocupadas pelo gênero feminino em 2000.

Apesar das considerações anteriores, ousamos, baseados em classificação dada por Veiga, (1999) “bloco de **direita**: PPB/PP, PFL, PL, PTB, PSD, PMN, PMB, PRONA, PRN, PSC, PTdoB, PTC, PRP, PSL, PHS, PSDC, PTN, PRTB, PAN; bloco de **centro**: PMDB, PSDB, PDT; bloco de **esquerda**: PT, PSB, PCdoB, PCB, PPS, PV, PSTU, PCO”, analisar, de acordo com estes três blocos - direita, centro e esquerda - o comportamento das eleições de 2000 e 2004 quanto à eleição do gênero feminino. O bloco de direita passou de 159 prefeitas em 2000 para 195, com um aumento de 22,64%; o bloco de centro passou de 123 prefeitas eleitas para 147, com um aumento de 19,51%; o bloco de esquerda passou de 35 prefeitas eleitas

¹⁴ T.R.E. - Tribunal Superior Eleitoral

para 65, com um aumento de 85,71%. Considerando estes percentuais, concluímos que o gênero feminino teve crescimento em todos os blocos mas, que tal crescimento foi percentualmente muito maior no bloco de esquerda, o que poderia denotar uma maior abertura destas siglas a candidaturas femininas e, também, um maior apoio. Por outro lado, também constatamos que, no bloco de esquerda, o número de prefeitos eleitos passou de 465 em 2000 para 895, com um aumento de 92,47%, enquanto o bloco de centro decresceu 13,39% e o de direita decresceu 8,28%; deixando claro que o crescimento do gênero feminino no bloco de esquerda, comparando 2000 e 2004, guarda estreita relação com o crescimento geral do número de prefeitos e prefeitas eleitos(as) no bloco. Observa-se que houve, no grupo de esquerda, apesar do crescimento absoluto, uma redução percentual das prefeitas eleitas em 2000, de 7% do grupo para 6,77% em 2004. No bloco de centro, o gênero feminino passou de 4,85% para 6,57% e, no bloco de direita, de 6,3% para 8,2%. Em síntese, o gênero feminino no bloco de esquerda, apesar do crescimento do número de prefeitas eleitas de 2000 para 2004, teve perda de espaço no conjunto; enquanto, nos blocos de centro e direita, apesar da perda considerável do número de prefeituras totais, ocorreu aumento do espaço para o gênero feminino. Os percentuais de 6,77%, 6,57% e 8,2%, respectivamente dos blocos de esquerda, centro e direita, das prefeitas eleitas em 2004, relativos aos seus grupos, são muito parecidos, deixando claro que a questão partidária, realmente, não tem muita relevância na escolha dos candidatos.

3.3 GÊNERO E A POLÍTICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA: PARTICIPAÇÃO DA MULHER NAS ELEIÇÕES DE 2002, 2004 E 2006

Quanto à postura política partidária catarinense observamos a perpetuação do que ocorria no Brasil. Reproduzia-se a mesma correlação de forças conservadoras, ficando claro que as mulheres não tinham espaço naquele contexto. Observa-se que a situação não mudou tanto assim, como podemos constatar com dados do tribunal catarinense eleitoral. Pode-se comprovar isso com Carreirão e Borba, (2006, p.19 - 20),

Desde o final da República Velha (1889 / 1930) até o golpe de 1964, o Estado foi dominado politicamente por dois grupos políticos centrados em duas famílias: os Ramos e os Konder Bornhausen. Os Ramos eram uma família de latifundiários que controlavam politicamente Lages (um dos mais importantes municípios do Estado) desde meados do século XIX. Após uma dissidência em relação aos dirigentes do Partido Republicano Catarinense, em 1922, ficam na oposição, chegando ao poder estadual a partir de 1930, junto com Getúlio Vargas; controlarão o Estado até 1945. De outro lado, já no final do período da República Velha, os irmãos Vítor, Marcos e Adolfo Konder tinham o comando do Partido Republicano Catarinense e o último foi o governador entre 1926 e 1930.

O casamento de Irineu Bornhausen com a irmã dos Konder dá origem a uma aliança familiar: os Konder Bornhausen, cuja base regional era o Vale do Itajaí (berço da colonização alemã e da industrialização do Estado). Durante o período 1930/1945 os Konder e seu cunhado, Irineu, ficaram na oposição. A partir de 1935, com a criação, por Bornhausen e os sócios do Banco Inco (que será o maior banco do Estado até o início da década de 60), o setor financeiro será a base econômica do grupo.

Durante o período 1945/64, em que vigorou um regime político democrático e um sistema multipartidário no país, os Ramos dominam o PSD (Partido Social Democrático) durante toda a existência deste partido, assim como os Konder Bornhausen dominam a UDN (União Democrática Nacional).

Com o decorrer dos anos, surgem novos partidos como o PMDB, PDT e PTB. O PT é fundado em Santa Catarina no ano de 1979, com o apoio da Igreja Católica e “[...] em junho de 2005 o PT contava com cerca de 41 mil filiados e com Diretórios Municipais ou Comissões Provisórias em 279 municípios catarinense” (CARREIRÃO, 2006, p. 26). O Partido da Frente Liberal surgiu em Santa Catarina em 1985 com a família Bornhausen. “[...] atualmente o PFL conta com 110 mil partidários, estando estruturado organizacionalmente em todo o Estado.” (CARREIRÃO, 2006, p. 34) Esses são os partidos analisados, posteriormente, pela pesquisa na Prefeitura de Blumenau.

Sell e Borba (2006, p. 65) afirmam que:

[...] embora Santa Catarina não seja mais o velho Estado dominado por poderosas e onipresentes oligarquias políticas que se perpetuam no poder de geração, isto não quer dizer que na cultura do Estado não sobrevivam tendências oligárquicas, como mostram os dados que relacionam realidade rural e voto conservador, que obtivemos a partir de um enfoque predominantemente sócio-culturalista.

No quadro político de Santa Catarina, que é governado por homens, já historicamente, atualmente temos três senadores e, entre eles, pela primeira vez, uma senadora: Ideli Salvati, PT. Na Câmara de Deputados Federais, num total de 513 parlamentares, o Estado de Santa Catarina apresenta 16 deputados federais, entre eles Décio Néri de Lima – PT, ex-prefeito de Blumenau. E, novamente, podemos verificar a desigualdade de gênero no contexto político pois, do total de 16 deputados federais, apenas uma mulher: Ângela Amin, do PP.

A Câmara dos Deputados Estaduais é composta por 40 deputados e somente 7.5% são mulheres: Ada de Luca – PMDB, Odete de Jesus – PR (segundo mandato) e Ana Paula de Lima – PT (segundo mandato). Ana Paula foi a primeira deputada estadual de Blumenau e, atualmente, a primeira mulher a Presidir a Câmara de Deputados Estadual.

Tabela 18 - Prefeitos eleitos com mulheres como Vice Prefeitas no último pleito (2004) em Santa Catarina

CIDADE	PREFEITO	PARTIDO	VICE-PREFEITA	PARTIDO
Abdon Batista	Luiz Antônio Zanchett	PMDB	Lucimar Antônio Salmoria	
Água Doce	Antônio José Bissoni	PP	Nelci Fátima Trento Bortolini	PP
Anchieta	Antônio Luiz Mariani	PT	Joconda De Negri	PP
Arvoredo	Neuri Meneguzzi	PMDB	Janete Parovisi Bianchin	PMDB
Ascurra	Pedro Moser	PDT	Maria Noriler Fistarol	PDT
Bombinhas	Julio César Ribeiro	PSDB	Lourdes Matias	PFL
Braço do Norte	Luiz Kuerten	PP	Maria Edna Souza Michels	PSDB
Brunópolis	Volcir Conuto	PMDB	Terezinha Ribeiro	PMDB
Erval Velho	Fernando da Silva Coelho	PT	Lenita Dadalt Fontana	PMDB
Imbituba	José Roberto Martins		Léa de Oliveira Lopes	
Ipira	Francisco M. Machado de Aguiar	PT	Marilei Stockmam Kenebel	PP
Itaiópolis	Ivo Gelbcke	PSDB	Rosemari Dresseno	DEM
Itajaí	Volnei José Morastoni	PT	Eliane Neves Adriano Rebello	PMDB
Jaraguá do Sul	Moacir Bertoldi	PL	Rosemeire Puccini Vasel	PL
Jupia	Adilson Verzo	PMDB	Nadir Pedro Minossol	PP
Macieira	Valdir Marques de Oliveira	PMDB	Zelir Citadin	PMDB
Ouro	Camilo Pastore	DEM	Nadir Margarida Nardi	PMDB
Painel	José Belizário Borges de Andrade	PP	Doroti Maria Broering Alves	PPS
Petrolândia	Pedro Israel Filho	PFL	Ana Mafra Pickler	PP
Planalto Alegre	Edgar Rohrbeck	PT	Marlene Boniatti	PMDB
Pomerode	Ércio Kriek	DEM	Ivone Spranger	PSDB
São Miguel da Boa Vista	Gilnei Antônio Guth	DEM	Odete Conte	PP
Timbé do Sul	Nailor Biava	DEM	Anélia Rovarís Mondardo	PP
Urussanga	Luiz Carlos Zen	PP	Neusa Maria Bernardino Pereira	PP
Vidal Ramos	Nabor José Schmitz		Zenir Schmitz Boing	PP

Fonte:www.fecam.org.br

Na última eleição para prefeito no estado de Santa Catarina, num total de 293 municípios, foram eleitos 25 prefeitos que têm como vice mulheres; totalizando nove do PP; sete do PMDB; duas do PSDB; uma do PDT; uma do PFL; uma do PPS, uma do DEM, uma do PL e duas sem partido. Com esses dados podemos constatar que 48% (PP, PFL e DEM) das vice-prefeitas são de partidos com características de direita; 40% das mulheres de partidos de centro; 4% de partidos de esquerda e 8% sem partido. No total de 293 municípios as mulheres ocupam 8,53% das vice-prefeituras.

Tabela 19 - Prefeitas eleitas no último pleito (2004) em Santa Catarina

CIDADE	PREFEITA	PARTIDO	VICE-PREFEITO	PARTIDO
Bom Jesus	Clarice R. Schneider	PP	João Pedro Bortoluzzi	PP
Dionísio Cerqueira	Saete Terezinha Gonçalves	PMDB	Carlos Reimir Schereiner Maranh	DEM
Dona Emma	Edna Beltrame Gesser	PL		
Lacerdópolis	Anita Dacas Rossa	PMDB	Antônio Dall Orsoletta	PMDB
Lajeado Grande	Noeli José Dal Magro	PP	Zaio Jairo Zmijevskri	DEM
Laurentino	Ivete Terezinha Losi Dalpiaz	PP	Carlos Alberto Tridapalli	DEM
Luzerna	Maria Carlesso Doré	PMDB	Alcir João Denardi	PMDB
Nova Trento	Sandra Regina Eccel	PMDB	Orivan Jarbas Orsi	PSDB
Nova Horizonte	Eli Mariott	PT	Valdacir Gregorio Bottega	PMDB
Santa Rosa do Sul	Geci Geltrudes de O. Casagrande	PMDB	Nelson Cardoso de Oliveira	PMDB
Treviso	Lucia de Lourdes Cimoto da Silva	PMDB	Valério Moretti	PMDB
Urupema	Arlita Terezinha de Souza Pagani	PMDB	Célio Renato Lemos de Andrade	PMDB

Fonte: www.fecam.org.br

Apenas 4,1% das prefeituras do Estado de Santa Catarina são administradas por mulheres, sendo que 33,33% são de partidos de direita, 58,33% de partidos de centro e 8,33% de partidos de esquerda, como podemos constatar. Considerando que a média nacional de Prefeituras ocupadas pelo gênero feminino é de 7,3% e a do estado de 4,1% portanto, abaixo da média nacional, nota-se uma postura ainda conservadora do eleitor(a).

Com os dados apresentados nas tabelas 18 e 19 podemos observar que, em pleno século XXI, as oligarquias se apresentam ainda de forma muito significativa no cenário político com o slogan da mulher ser responsável pela área privada. Está na hora das mulheres participarem em números mais significativos da política partidária, filiando-se a partidos, criando projetos para a população e candidatando-se a cargos

públicos. E, principalmente, as mulheres eleitoras devem acreditar na mulher candidata, conhecer suas propostas e seus princípios. Conforme Teles, (2007, p. 11),

[...] hoje o grande desafio é aplicar toda essa experiência acumulada em ações de mobilização para que se efetivem condições e oportunidades mais acessíveis a todas as mulheres. Ou avançamos nesta estratégia ou ficaremos por mais cinco séculos para alcançar a igualdade política junto aos homens, conforme previsão da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

O baixo número de mulheres que se candidatam e são eleitas em Santa Catarina para as Prefeituras são reflexos da história da mulher no Estado.

4 PESQUISA E ANÁLISE DOS DADOS

O objetivo desta pesquisa é esboçar um conjunto de indicadores para a análise da participação da mulher no primeiro escalão na gestão pública municipal na cidade de Blumenau (SC), com abordagem comparativa entre as duas gestões do período de 2000 a 2006. Para tanto, apresentamos dados quantitativos, relativos ao desempenho de funções executivas no governo municipal, como o número de mulheres que ocuparam/ocupam o primeiro escalão, exercendo o cargo de Secretárias por indicação do Executivo municipal e de mulheres eleitas no período; bem como dados qualitativos comparativos entre as duas gestões, para analisar como o gestor público, nessas duas experiências de administração municipal, interpretou a questão de gênero na organização.

Há, ao longo do trabalho, uma preocupação que permeia o conjunto da reflexão: existem diferenças no tratamento das questões de gênero entre partidos considerados de direita ou de esquerda?

Embora, no Brasil e no mundo, as ideologias políticas estejam em questionamento, entendemos que, esquerda e direita ainda proporcionam discursos distintos e algumas práticas com diferenças substantivas. A direita preserva seus fundamentos teóricos básicos, como o livre mercado e a não intervenção do Estado na economia e na sociedade e, a esquerda, na atualidade, defende direitos sociais e uma significativa predisposição às políticas econômicas distributivas. (BOBBIO, 1995).

Desta forma, para efeito de dados comparativos, consideramos o Partido da Frente Liberal (PFL), atual Democratas, como um partido de **direita** e o Partido dos Trabalhadores (PT), apesar de todas as ambigüidades recentes com a política econômica do Governo Federal, um partido de **esquerda**. Evidentemente, este é um debate interminável, mas estaremos considerando, para efeito da pesquisa, esta divisão clássica entre partidos que defendem uma maior ou menor intervenção do Estado na sociedade e na economia e, conseqüentemente, a ampliação ou não dos direitos sociais e políticos advindos desta divisão.

A esquerda, historicamente, como veremos adiante, sempre esteve na vanguarda da defesa dos direitos da mulher. A proposta deste trabalho, portanto, apesar dos limites inerentes ao recorte estabelecido, é analisar se, no município de

Blumenau (SC), tal hipótese se comprova. As generalizações, neste caso, não serão possíveis, pois a intenção da pesquisa é limitada por um recorte geográfico e temporal. (RUARO; JOHNSON, 2006).

4.1 ASPECTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa tem dois focos distintos. O primeiro deles, é realizar uma abordagem comparativa entre as duas gestões públicas na cidade de Blumenau (SC), no período de 2000 a 2006. A pesquisa portanto, apresenta num primeiro momento, dados quantitativos e “consiste na participação real do pesquisador com a comunidade ou grupo” (MARCONI e LAKATOS, 2002, p. 90), sobre a ocupação de cargos estratégicos (primeiro escalão) no governo municipal em duas gestões distintas (PT e PFL). Na pesquisa qualitativa, conforme Richardson (1999, p. 79) “o método qualitativo difere, em princípio, do quantitativo à medida que não emprega um instrumental estatístico como base do processo de análise de um problema. Não pretende numerar ou medir unidades ou categorias homogêneas”. Ainda conforme Richardson (1999, p. 90), “pode ser caracterizada como tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados”. Por sua vez, analisa como gestores públicos da administração local interpretaram a questão de gênero na organização e, principalmente, como as próprias mulheres se perceberam/percebem no papel de gestoras, ocupando cargos de relevância política e organizacional.

Nos questionários foi adotado o método qualitativo. Segundo Farias (1982, p. 18),

[...] o questionário é o veículo de pesquisa que utiliza impressos preparados para receber respostas a todas as perguntas necessárias a um levantamento, as quais foram previamente elaboradas e dispostas na melhor seqüência, na forma mais agradável para facilitar o preenchimento e devolução.

Os referidos questionários foram enviados por e-mail, no período de 9 de abril a 16 de maio de 2007, para os prefeitos gestão 2000-2004 e 2005-2006, e para os

secretários de administração de ambas gestões. Constavam dos mesmos as seguintes perguntas:

- 1- Por que, em sua opinião, cargos do executivo municipal (primeiro escalão) são ocupados, em sua grande maioria, por homens?
- 2- Alguma análise sobre este fenômeno na política brasileira?
- 3- Por que, na maioria das vezes, quando mulheres ocupam algum cargo estratégico, esses cargos, inevitavelmente, são na área de assistência social, educação ou cultura?

Para as mulheres que exerceram os cargo de secretárias na gestão 2000-2004 e para as que exercem e exerceram função de secretárias na gestão 2005-2006, foram enviadas as seguintes perguntas:

- 1- Por que, em sua opinião, cargos do executivo municipal (primeiro escalão) são ocupados, em sua grande maioria, por homens?
- 2- Alguma análise sobre este fenômeno na política brasileira?
- 3- Por que, na maioria das vezes, quando mulheres ocupam algum cargo estratégico, esses cargos, inevitavelmente, são na área de assistência social, educação ou cultura?
- 4- Em sua experiência como gestora pública, como a senhora percebia as questões de gênero?

Para a análise das entrevistas, foram utilizados trechos de depoimentos significativos para a reflexão sobre nossos indicadores da pesquisa. No total, encaminhamos dez questionários conforme menção acima, mas recebemos, com as respostas, apenas sete respondidos. Esses depoimentos são fundamentais para a análise e interpretação dos dados coletados. Para analisá-los, “A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, através de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam inferir conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens.” (BARDIN¹⁵, apud RICHARDSON, 1999, p. 223)

¹⁵ BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa; Edições 70, 1979.

4.2 INDICADORES

Ao abordarmos o tema indicadores, devemos nos reportar ao conceito de indicador social que, segundo Jannuzzi:

[...] é uma medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo, usado pra substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou programático (para formulação de políticas). É um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão se processando na mesma. (2003, p.15).

Apresentamos a seguir, baseados neste conceito, os indicadores adotados no trabalho.

4.2.1 Indicadores Quantitativos

1- Número de mulheres participantes do secretariado municipal nas gestões do Partido dos Trabalhadores (2000-2004) e do Partido da Frente Liberal (2004-2006). Com os resultados absolutos ou percentuais deste indicador, pretende-se apontar para uma maior ou menor atenção às questões de gênero e a questão de respeito às capacidades do gênero feminino que, represadas, em nada contribuem para a melhoria da qualidade de vida da população. A participação em maior número da mulher na gestão pública reflete, diretamente, na melhora da qualidade desta gestão. Esta é nossa primeira hipótese.

2- Número de mulheres candidatas e eleitas no processo eleitoral. Com apenas uma mulher eleita para o período, e com os dados de mulheres candidatas colhidos, pretende-se demonstrar que, o cumprimento da lei de cotas é atendido de forma superficial, sem haver um comprometimento sério dos partidos em colocar à disposição da sociedade para o pleito, candidatas com condições reais de vitória, preparadas e conscientes de seu papel na comunidade. Esta é nossa segunda hipótese.

4.2.2 Indicadores Qualitativos

A fim de obter dados que auxiliem na formulação dos indicadores, foi procedida pesquisa com análise essencialmente descritiva. Utilizaram-se, ainda, transcrições das entrevistas e dos depoimentos de gestores públicos locais. Ressaltamos a importância desse método, por apresentar descrições consistentes sobre a perspectiva de cada gestor sobre o papel da mulher nas administrações públicas locais. Utilizamos questionários encaminhados por meio eletrônico. Sendo que, a nossa terceira hipótese é a de que a mulher cumpre um papel relevante nesse contexto, com os dados obtidos, pretendemos formatar um ou mais indicadores qualitativos que possam nos auxiliar no entendimento da importância da mulher na gestão pública, para a melhora do contexto geral da administração; na compreensão de como o gestor público interpreta a questão de gênero na organização e, como as mulheres se percebem no papel de gestoras. E, nossa última hipótese, compreende que, tanto a administração quanto a mulher estão, gradativamente, somando esforços no sentido de reduzir as desigualdades de gênero, bem como todas as outras já citadas.

4.3 PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DA MULHER BLUMENAUENSE: ELEIÇÕES

Dia 2 de setembro de 1850 é a data da fundação de Blumenau, chegando à categoria de Município, conforme a lei nº 860, em 4 de fevereiro de 1880. Blumenau logo foi despontando no cenário industrial, político, cultural e turístico, tendo passado até os dias de hoje, por 44 administradores e prefeitos. Na prefeitura de Blumenau, já tivemos prefeitos reeleitos, membros da mesma família como prefeitos em períodos diferentes mas, até a última eleição para a Prefeitura de Blumenau em 2004, não tivemos nenhuma mulher como vice-prefeita ou como prefeita.

A Câmara de Vereadores de Blumenau foi criada pela lei nº 1109 de 30 de agosto de 1886, sendo a mesma assinada pelo presidente da província Francisco José da Rocha. Historicamente, sempre teve representação em seus assentos, exclusivamente o gênero masculino. Somente a partir de 1977, o gênero feminino passa a fazer parte desta Assembléia Legislativa, como constatamos pelo quadro a seguir.

Tabela 20 – Vereadoras eleitas no município de Blumenau até a eleição de 2004 com seus respectivos períodos de vereança.

VEREADORA	PARTIDO	PERÍODO	PERÍODO	PERÍODO
Maria do Carmo Carl	PMDB	1977 – 1982	1983 – 1988	
Yara Luef	PMDB	1989 – 1992	1993 – 1996	
Alzina Micheluzzi	PTB			1997 – 2000
Maria Emília	PT			2004 -
Marlene Felix Schlintwein	PMDB			2007 -

Fonte: Câmara de Vereadores de Blumenau, 2007.

Como podemos constatar, o número de mulheres ainda é muito baixo sendo que, na cidade de Blumenau, existem várias lideranças femininas nas escolas, igrejas, associações, hospitais, Universidade, áreas de risco e em outros lugares. O que está acontecendo é que, nosso município, não valoriza suas lideranças femininas.

Com os dados apresentados no quadro abaixo, podemos perceber o quanto ainda é forte a questão da desigualdade de gênero ou, no mínimo, desproporcional, a ocupação dos cargos públicos por mulheres, se fizermos uma comparação com a porcentagem que constitui a população feminina: aproximadamente 50%.

Tabela 21 – Secretários municipais por gênero de Blumenau

PARTIDO	PERÍODO	HOMENS	MULHERES	TOTAL
PT	2000/2004	19	03	22
PFL	2005-	16	04	20

Fonte: A autora

As mulheres ocuparam apenas 9,5% dos cargos no período 2000/2004, e ocupam 20% a partir da nova gestão em 2005 (10% em 2007). Com análise baseada na premissa da lei de cotas de 1995, alterada em 2000, que prevê a representação de gênero em no mínimo 30% nos partidos, pressupõe-se tanto a ocupação dos cargos eletivos como os cargos políticos do quadro administrativo do governo e concluímos que: os números são tímidos, e não correspondem ainda ao espaço necessário a fim de que as mulheres possam contribuir para a construção de uma sociedade mais justa.

É importante ressaltar que, para o mesmo período, somente uma mulher foi eleita para a casa legislativa. Ou seja, uma única vereadora de um partido de esquerda, para o período de 2005-2008, representando 5,5%, coincidindo com o período administrado pela coligação de direita. No ano de 2007, mais uma mulher que ocupava uma suplência de um partido de direita coligado com o governo atual, assumiu uma das cadeiras do legislativo.

4.4 PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DA MULHER BLUMENAUENSE NO GOVERNO

A fim de demonstrar a participação política da mulher na gestão pública da cidade de Blumenau apresentamos entrevistas realizadas com gestores públicos do município: prefeitos, secretários de administração e mulheres que ocuparam/ocupam cargos no primeiro escalão. Como já mencionado, a pesquisa foi aplicada a duas gestões distintas: a primeira realizada por partidos de esquerda – PT e coligados no período de 2000 a 2004 e, a segunda, realizada por partidos de direita – PFL e coligados no período de 2004 a 2006.

4.4.1 Entrevistas

As entrevistas foram realizadas com alguns gestores da cidade de Blumenau, nos períodos já especificados anteriormente. Foram, no total, sete entrevistados(as), sendo quatro da gestão de 2000 a 2004 e três de 2004 a 2006. Da gestão do partido de esquerda: um ex-prefeito, uma ex-secretária municipal e atual deputada estadual, uma ex-secretária municipal e atual vereadora e um ex-secretário municipal. Da gestão do partido de direita: um secretário municipal, uma secretária municipal e uma presidente de fundação municipal.

O entrevistados serão referenciados de acordo com as seguintes denominações:

- Entrevistado 1 - ex-prefeito e atual deputado federal,

- Entrevistada 2 - ex-secretária municipal e atual deputada estadual,
- entrevistada 3 - ex-secretária municipal e atual vereadora,
- entrevistado 4 - ex-secretário municipal,
- entrevistado 5 - secretário municipal,
- entrevistada 6 - secretária municipal,
- entrevistada 7 - presidente de uma fundação municipal.

1. Por que, em sua opinião, cargos do executivo municipal (primeiro escalão) são ocupados, em sua grande maioria, por homens?

Um ex-prefeito da cidade de Blumenau (SC), justifica que, historicamente os cargos públicos são majoritariamente ocupados pelo gênero masculino, ressaltando a participação ainda recente da mulher no meio político.

De fato, historicamente, os cargos públicos são ocupados em sua ampla maioria por homens, tanto nas esferas municipal, estadual e federal. A participação das mulheres em cargos públicos, em nossa história política, ainda é recente e se reflete também na esfera municipal. (entrevistado 1)

O entrevistado registra ainda, algumas iniciativas pioneiras, como o exercício de uma mulher na presidência da Assembléia Legislativa Estadual.

A participação das mulheres na política ainda está em construção, tanto que a eleição de três governadoras no Brasil e a presidência da Assembléia Legislativa de Santa Catarina ser exercida pela primeira vez por uma mulher (PT), em 135 anos de história daquela casa, como aconteceu recentemente, são saudadas como um avanço no processo democrático. (entrevistado 1)

Uma ex-secretária municipal e atual deputada estadual, ressalta que a representatividade do gênero feminino no âmbito municipal também é pequena, atribuindo ao contexto histórico que o espaço político sempre pertenceu ao gênero masculino. Reflete, ainda, que não há grandes perspectivas de crescimento da participação da mulher para que seja considerado relevante.

Faço questão de destacar que o cenário da sub-representação política das mulheres é mundial, com média de 16,8% de mulheres nas Câmaras dos Deputados ou Câmara Baixa, no conjunto dos países que têm Poder Legislativo. No poder Executivo Municipal, a que você se refere, infelizmente, é diferente. Embora essa realidade atinja quase todos os países, o Brasil ocupa uma das piores posições no ranking e, em Santa Catarina, é ainda pior, continua a passos lentos. Essa realidade tem um viés histórico: política como sendo coisa de homem. É preciso repensar esta realidade, a partir das lutas das mulheres em nosso país e Estado. (entrevistada 2)

Outra entrevistada, ex-secretária municipal e atual vereadora, apresenta, igualmente, uma visão bastante rigorosa sobre questões de gênero e política, pois ressalta a diferença “escandalosa” entre homens e mulheres em cargos de comando e liderança. Interessante observar também, que a entrevistada analisa os partidos políticos como “verdadeiros feudos”.

Esta condição de desigualdade, aqui como objeto da pergunta - ocupação de cargos públicos predominantemente por homens - está presente em todas as estâncias de poder e de decisão, não só na do município. Também no executivo federal, estadual, municipal; no judiciário, no legislativo, na universidade, na associação de bairros... Absolutamente, o que ainda observamos e vivemos como maioria, é uma escandalosa diferença entre homens e mulheres, entre outras, na ocupação de cargos de comando e liderança. Mesmo transcorridos quase cem anos desde que as mulheres conquistaram o direito de votar e de serem eleitas no Brasil, a ocupação destes cargos ainda está nas mãos e nas cabeças dos homens (e de muitas mulheres). [...] A cultura política continua interpretando [o espaço político] como sinônimo de espaço ocupado tradicionalmente pelos homens. O mundo masculino ainda detém o discurso político. Os partidos políticos continuam sendo verdadeiros feudos masculinos, verdadeiros retratos da sociedade patriarcal. E os governos não são neutros na participação desta realidade. Ao contrário, sustentaram e ainda sustentam o poder masculino, e reforçam as desigualdades entre os sexos, por tudo aquilo que representa a manutenção do patriarcado e do machismo. O poder e a decisão, principalmente nos espaços públicos, ficam com o masculino para garantir a soberania e o controle que tem seu DNA na divisão sexual do trabalho. Esta ideologia, que envolve homens e mulheres, com suas relações e papéis construídos, tem

nos espaços públicos de poder e decisão, aquele que representa sua perpetuação. Isto também ocorre nas escolas e famílias. Os espaços políticos de decisão e de poder, a escola e a família são, com certeza, o triângulo da milenar perpetuação desta desigualdade e opressão entre homens e mulheres. (Entrevistada 3)

Reforçando esta situação parte considerável das mulheres contribuem para perpetuar este cenário, tornando-se algozes co-participes da dominação masculina.

Um ex-secretário municipal, ao abordar a pouca presença feminina na esfera pública em Blumenau, apresentou a seguinte afirmação:

A administração pública apresenta-se de forma “Weberianamente” burocrática e, portanto, tradicional – daí a predominância machista. (entrevistado 4)

Diante da resposta do entrevistado, cabem algumas reflexões. Não se pode reduzir o problema da pequena participação do gênero feminino à existência de um sistema. Entretanto, cabe uma análise sobre a administração “Weberianamente” burocrática, tradicional e com predominância machista. Os conceitos de Weber não podem ser vistos como um ponto de inflexão em um sistema de governo. Antes disso, Weber estabelece o papel, mesmo da burocracia, positivo, “[...] não nega o papel da burocracia numa sociedade de massas, sua função necessária, mas combate o domínio absoluto da burocracia sobre a sociedade.” (WEBER Apud TRAGTENBERG, 1974, p. 141) Ele combate, ao longo de sua história, todas as formas de burocracia; defende a força do carisma dos líderes para conter a força da burocratização crescente que, apesar de necessária, passou a sobrepor o objetivo primeiro que seria, segundo Osborne e Gaebler (1995, p. 13) “[...] um método de organização racional e eficiente, para substituir o exercício arbitrário do poder pelos regimes autoritários.” Portanto, atribuir a Weber parte da culpa pelo estado burocrático atual, é um exagero. Devemos, sim, avaliar a qualidade dos líderes políticos que transitam no universo atual. São eles que imperam e impedem o surgimento e desenvolvimento de novas lideranças políticas, dentre elas, as femininas. O conservadorismo e machismo não estão nas teorias Weberianas, mas na ganância imediatista dos neo-líderes políticos da atualidade, que sequer sabem

quem foi Max Weber. Retificando, então será correto afirmar que o escasso espaço político da mulher deve-se hoje à “tradicional burocracia machista” que insiste em manter e reproduzir uma sociedade patriarcal.

Um atual secretário municipal, ao explicar a pouca presença feminina na esfera pública em Blumenau, desenvolveu a seguinte reflexão:

Na realidade, não vejo relação direta com o gênero (masculino ou feminino). Acredito que os homens estão mais ligados a estas atividades públicas, em virtude do próprio envolvimento nesta área, ao longo dos últimos tempos. Porém, observa-se que, já há um grande despertar das mulheres neste meio e que, a médio prazo, este quadro deva se equiparar. Outro fator é o próprio envolvimento das mulheres com o mercado de trabalho. Apenas há poucos anos, é que vem se reconfigurando esta realidade e, da mesma forma, a médio prazo deve haver um equilíbrio. (Entrevistado 5)

O entrevistado projeta para um momento futuro, que denomina “médio prazo”, uma situação mais satisfatória. Mas, igualmente, registra um “despertar” das mulheres, como se as mesmas estivessem “adormecidas” e não fossem vítimas de um processo histórico de discriminação.

Uma secretária municipal, na sexta entrevista realizada, informa que, apesar de a mulher estar conquistando paulatinamente considerável espaço na esfera pública empresarial, o mesmo não acontece na esfera pública estatal, fato que ela atribui à difícil compatibilização dos diferentes papéis femininos privados e também à atitude conservadora dos gestores.

As mulheres, cada vez mais, têm ocupado um espaço de destaque nas empresas mas, paradoxalmente, esse aumento não tem se mostrado proporcional no exercício das atividades no poder Executivo. A ocupação desse espaço é recente, em alguns casos expressivas. A grande questão, em minha opinião, não está na competência profissional, mas na compatibilidade dos diferentes papéis femininos: mulher, mãe, dona de casa e profissional. Acho que depende muito do perfil do gestor. Não sinto essa diferença no dia a dia do trabalho. (entrevistada 6)

A presidente de uma Fundação apresenta argumentos históricos de restrição dos direitos civis da mulher que, somente há pouco tempo, foram conquistados. Também apresenta uma visão conservadora, baseada no argumento de que a mulher deve optar por não ter família se quiser trabalhar fora, ou então, resignar-se a ter um “segundo” emprego no mercado de trabalho.

Acho que isso ocorre devido a vários fatores. Primeiro, pelo direito social da mulher ter sido tolhido por muitos anos, o que acabou gerando um preconceito em relação ao envolvimento da mulher com a política (o primeiro voto feminino ocorreu somente em 1932). Muitas pessoas ainda duvidam da inteligência das mulheres, associando-as a seres frágeis, dóceis, sem capacidade de liderança; e, muitas mulheres, ainda duvidam do seu próprio potencial.

Outro fator importante, diz respeito ao preço que uma profissão representa na vida da mulher, pois ela já nasce com uma profissão: cuidadora dos filhos, da casa e da família. O cargo que ela virá a ocupar no mercado de trabalho, será sempre um segundo emprego, a menos que opte por não ter uma família. Então, por mais que se lute pelos direitos da mulher, e é uma luta justa, é importante compreender que a mulher, via de regra, é uma acumuladora de funções, que amplia a jornada e o tempo de dedicação aos seus “dois empregos”. Um cargo no executivo municipal exige muita coragem, conhecimento e, principalmente, muita dedicação. [...] Pela necessidade da disponibilidade integral, acredito que seja mais fácil um homem ocupar este cargo. (entrevistada 7)

As afirmações acima demonstram o preconceito, não apenas dos homens com relação às condições de trabalho feminino, mas também de algumas mulheres. As declarações dessa entrevistada, surpreendem pela postura conservadora pouco consciente de alguém que exerce um cargo público e, deveria, mais do que ninguém, fortalecer os direitos das mulheres exercerem estas responsabilidades.

À luz dos dados apresentados no capítulo 3, sobre a mulher e suas conquistas no mundo da política, e com as respostas dos entrevistados, consideramos que existe ainda uma grande distância a ser percorrida pela mulher na conquista da igualdade de gênero. Os entrevistados apresentaram posicionamentos distintos e, dentre eles, evidenciamos aspectos de conservadorismo do sistema

vigente, inclusive por parte de algumas entrevistadas que reforçam a existência de duas esferas distintas: a pública, aos homens e a privada, às mulheres.

2. Alguma análise sobre este fenômeno na política brasileira?

O ex-prefeito, ressalta a entrada recente da mulher no cenário político como sujeito de direitos, a partir da conquista do direito ao voto em 1934. Apresenta também as conquistas das mulheres em âmbito nacional, ocupando ministérios, e em âmbito internacional, inclusive à frente de algumas nações.

O Brasil, uma jovem democracia, se comparado a outros países, tem buscado dar espaço para os vários segmentos da população, muitos até recentemente excluídos do processo democrático. Entre eles, as mulheres, hoje a maioria do eleitorado, mas ainda, minoria nos cargos públicos.

Lamentavelmente, em um país com 507 anos e 120 anos de República, as mulheres brasileiras só se iniciaram no estado de direito a partir da Constituição de 1934, quando lhes foi garantido o direito ao voto e ano em que Santa Catarina elegeu sua primeira deputada estadual, Antonieta de Barros.

Acredito que a tendência é uma maior participação da mulher nas esferas públicas, a reboque do espaço conquistado ao longo dos últimos anos. Temos exemplos de países nos quais mulheres conquistaram os principais cargos públicos, como o Chile que elegeu Michelle Bachelet Presidente; ou a Alemanha, com a Primeira-Ministra Ângela Merkel. E, a pioneira, Margareth Thatcher, poderosa ex-Primeira Ministra da Inglaterra.

No Brasil, o momento político é ímpar, com mulheres à frente de governos estaduais e municipais, além de ocupar importantes cargos nas três esferas públicas.

Na esfera federal, duas ministras – Dilma Rousseff, na Casa Civil e Marina Lima, no Meio-Ambiente – dão suporte ao Governo Lula. Na esfera estadual, três governadoras respondem pelo destino de importantes Estados brasileiros – Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte e Pará.

A mulher também está conquistando espaços importantes na esfera parlamentar. Na Assembléia Legislativa de Santa Catarina, por exemplo, temos a representação de três mulheres. Na esfera municipal, a Câmara de Vereadores de Blumenau conta com a participação simultânea de duas mulheres, pela primeira vez, contribuindo para a melhoria do processo democrático. (entrevistado 1)

A atual deputada estadual, ressalta que a representatividade do gênero feminino no âmbito estadual também é pequena. Afirma que, apesar da conquista de cotas, isto não se traduz em mulheres eleitas visto que, de maneira hipócrita, os partidos cumprem a obrigatoriedade da legislação, mas, não dão o apoio necessário às candidaturas femininas.

Produzimos lideranças femininas, mas nossa representação política permanece no mesmo patamar. Apesar de sermos mais de 50% do eleitorado, somos apenas três mulheres no parlamento catarinense. Conquistamos as cotas nos processos eleitorais, mas as desigualdades permanecem, pois os partidos não possuem políticas de formação, e não dispõem de estruturas que permitam a disputa eleitoral em condições de igualdade entre homens e mulheres. (entrevistada 2)

A atual vereadora apresenta, também, uma visão realista e crítica da história da mulher. Relata as lutas pelo empoderamento das mesmas e os enfrentamentos já vivenciados.

Se formos buscar dados, facilmente encontrados em qualquer instituto de pesquisa, podemos dispor de centenas de indicadores que reafirmam esta desigualdade. Por exemplo, nas universidades. As mulheres já somam 62% das graduações, no entanto, quando o assunto é ocupação de cargos de comando, as mulheres representam apenas 14%. Porém, mesmo sendo gritante a desigualdade, é real a crescente participação das mulheres em postos de comando no trabalho, na família, na escola. Então por que, se em alguns postos de comando estamos ocupando mais, os percentuais no espaço público de decisão, enquanto espaço de atuação e intervenção política, ainda são tão pequenos? Temos que intensificar as reflexões em torno desta indagação. Esta análise é complexa e requer um certo impulso no sentido de resgatar a memória, principalmente, no que diz respeito aos papéis impostos, em todas as sociedades humanas, a homens e mulheres. (entrevistada 3)

Importante essa retrospectiva histórica registrada pela entrevistada, pois contextualiza o movimento em busca dos direitos da mulher a partir de uma

interpretação mais ampla e, como poderemos observar adiante, ressalta a importância dos movimentos feministas ao longo do tempo.

Entendo que, as mulheres, na construção de sua identidade a partir das lutas, derrotas e conquistas e sempre em movimento, deram o grande salto para superar sua condição de serem apenas mães, cuidadoras, subordinadas. Analiso, como um fator fundamental, o "empoderamento" teórico e conceitual sobre este papel imposto às mulheres e aos homens, em todos os tempos (importante a participação de Simone de Beauvoir com o livro "O Segundo Sexo"). Este empoderamento, causado principalmente pelo movimento mais revolucionário do século XX, o Movimento Feminista, permitiu a rebeldia, a resistência e as ações desafiadoras, até mesmo aos poderes constituídos, e permitiu viver um tempo mais libertário para nós mulheres, nossos filhos e filhas, netos e netas. Apesar de hoje ainda termos velhos, mas muitos outros novos desafios a superar, a utilização do nosso corpo como mercadoria, como barganha de venda do consumismo capitalista, por exemplo, já vivemos mais a liberdade e a justiça. (entrevistada 3)

A entrevistada continua analisando o processo contínuo de exclusão do convívio social, a que foi submetida a "metade da população". Ressalta, que, ainda existe um longo caminho a ser trilhado na conquista da igualdade de gênero.

Porém foi, e é importante tomar para si, a compreensão - não tranqüila, não passiva - de que existe um fenômeno que é histórico e construído portanto, não natural, nem divino e que excluiu milenarmente metade da humanidade nas diferentes sociedades. Um fenômeno que oprimiu, discriminou, omitiu e explorou - no passado, presente e acredito, por um bom tempo no futuro - e que, em processo, impediu brutalmente o desenvolvimento pleno da metade da população mundial: as mulheres. Fenômeno que omitiu até mesmo a valorosa participação das mulheres em todos os momentos da vida humana. Não registrou na grande literatura e quando o fez, foi na tentativa de exaltar o herói, o guerreiro. (entrevistada 3)

Ressaltamos, uma vez mais, a riqueza deste depoimento, sempre com a preocupação em contextualizar as lutas feministas. A entrevistada continua:

Registro isto, porque, quando falamos da condição feminina, não podemos superficialmente interpretar a partir do senso comum da opressão pela opressão, pelo sentido das diferenças biológicas (tão perversamente utilizadas para manter o domínio de um grupo sobre o outro). É preciso compreender que esta condição, que ainda oprime, exclui, discrimina, subalterniza – e, por muitas vezes, impede a própria vontade de viver dignamente (ver violência doméstica, por exemplo) - é causa e consequência de uma ideologia patriarcal e machista, ainda hegemônica e presente, mesmo quando falamos dos avanços no processo de igualdade e justiça entre os sexos. (entrevistada 3)

Afirma que, ainda é vigente a ideologia patriarcal, sustentando a desigualdade de gênero. Reforçando a força do macho e a fragilidade da fêmea.

Uma ideologia patriarcal, fortemente sustentada pela divisão sexual e desigual do trabalho, que vem se construindo e se compondo desde as sociedades humanas do período neolítico, das sociedades agrícolas às sociedades industriais. Sociedades patriarcais fundamentadas, por um lado, no mito macho, depositário do supremo poder, força e inteligência, o provedor que tudo pode, o chefe da família, dono do espaço da rua, do público, da praça, da autoridade da fala, da decisão. E, por outro lado, na idéia da fragilidade da mulher, nascida para cuidar da casa, do homem, dos filhos, dedicar-se ao espaço doméstico, perpetuar a espécie pelo dom da procriação. Esta divisão sexual do trabalho é marcada, desde sempre, pela capacidade reprodutora da mulher, pelo fato de gerar filhos e amamentá-los. (entrevistada 3)

A análise desenvolvida pela entrevistada, ressalta ainda o “controle” do corpo e aspectos da sexualidade que envolvem violência doméstica, entre outras observações relevantes.

A sustentabilidade desta divisão, se dá pelo controle do corpo e da sexualidade das mulheres, pela violência sexual e doméstica, pela obrigação do cuidado exclusivo dos filhos, pela exclusão "natural" das mulheres dos espaços públicos de poder e de decisão, pelo trabalho doméstico, pelo cuidar dos doentes, velhos e da família. Sua manutenção é vista e entendida como natural, imutável, como se fosse inerente ao fato de ser mulher-fracas, frágil, emotiva. Incorporam-se a estes, os valores morais impostos às mulheres durante muito tempo, dificultando sua luta pelo direito à igualdade, pela

liberdade de escolha, sexual, reprodutiva, de expressão, entre outras. (entrevistada 3)

Apresenta ainda informações sobre as lutas das mulheres contra a escravatura, a ditadura e a respeito de direitos trabalhistas, demonstrando que ainda é vigente a ideologia patriarcal, que tem reflexos na violência.

Mulheres que resistiram à escravatura, ao domínio de outros povos, que participaram da luta armada, da guerrilha, que tomaram as praças contra a ditadura e a carestia, que lutaram por melhores condições de trabalho, por creches, por mais saúde, incluindo a saúde da mulher e os direitos reprodutivos. A luta pela anistia - nascida com a formação de comissões de mães que lutavam pela libertação de seus filhos e filhas presos(as), e depois muitos desaparecidos(as), luta para publicar revistas, jornais e periódicos que publicizavam os temas de interesse das mulheres: direito à creche, à aposentadoria, à descriminalização do aborto, contra o trabalho noturno, direito à amamentação durante o período de trabalho, por melhor assistência médica, iguais oportunidades de trabalho, criação de equipamentos públicos, direito a greve, por mais autonomia, pela liberdade sexual, direito de falar de sua sexualidade e opções, direito de falar de seu corpo e de seus desejos, contra a violência e tantas outras, que nos tornaram mais que a metade da população e mãe de toda a humanidade, mas seres sociais, criativos e inovadores. (entrevistada 3)

A entrevistada apresenta a dupla jornada de trabalho, na esfera privada e pública, quando a mulher passa a fazer parte do mundo do trabalho, entretanto, sem poder se desfazer dos trabalhos domésticos atribuídos a ela.

As mulheres foram sendo incorporadas cada vez mais ao mundo do trabalho (no fabril, por exemplo), e, com ele veio a dupla jornada de trabalho, a exploração mais perversa, o menor salário, o trabalho mais precário. Continuamos cuidando da prole, dos afazeres domésticos e também do trabalho remunerado. Mas foi destas novas dificuldades que fomos e estamos ainda atrás de creche, de educação e formação, do contra turno, para nossos filhos e filhas, por mais direitos. Mesmo hoje, na sociedade capitalista e de consumo ainda persiste o argumento da diferença biológica, a necessidade do cuidar. Ainda a ideologia patriarcal e machista tece sua invisibilidade, expressa nas diferenças que ainda nos

atingem. E o tratado invisível da divisão sexual do trabalho, ainda dificulta nossa entrada nas estâncias de decisão política, espaços estes, que possibilitam mudanças de ações e de cultura. (entrevistada 3)

Identificamos, nos argumentos da entrevistada, que a ideologia patriarcal permanece extremamente presente. É através da instituição família, que se reproduz a dominação da mulher. Neste sentido Toledo expõe:

Na família patriarcal que, como Engels, aparece com a propriedade privada e as classes e foi adaptada pela burguesia de acordo com suas necessidades, também se assenta e se reproduz a divisão sexual do trabalho e as relações de poder dominantes no conjunto da sociedade burguesa. (2005, p. 51).

Dando seqüência, a ex-secretária municipal, faz uma crítica ao sistema eleitoral e aos partidos políticos sobre as cotas.

As mulheres continuam, muitas vezes, candidatando-se apenas para cumprir as cotas, o machismo evidencia-se, as mulheres ficam sem financiamento de campanha, não têm apoio dos companheiros, o falso moralismo as persegue, a desconfiança as assusta, fica prevalecendo que a política ainda é coisa de homem. (entrevistada 3)

Apesar da lei das cotas defender os espaços femininos, podemos perceber que se trata apenas de um jogo de cena, visto que, os partidos, efetivamente, não apóiam as candidaturas femininas com a mesma ênfase dadas às candidaturas masculinas. Segundo Miguel e Queiroz (2006, p. 366) “As vagas para mulheres não representaram uma diminuição no número de candidatos homens. Por fim, a lei é omissa quanto à distribuição dos recursos de campanha”, pois vive-se ainda o preconceito e o estereótipo das mulheres terem nascido para as atividades domésticas, deixando para os homens as atividades políticas. Segundo Finamore e Carvalho (2006, p. 353),

As mulheres candidatas a cargos eletivos têm de enfrentar o estereótipo que coloca os homens nos cargos de liderança política, reservando às mulheres o trato dos problemas domésticos. Os homens têm tomado para si o papel principal na construção do que seja a política, do que faz um político e de qual a agenda para uma

eleição. As candidatas mulheres têm assim de superar esse estereótipo, apresentando qualidades necessárias para a liderança, sem, no entanto, deixarem de se apresentar como mulheres.

Tarefa que torna-se mais árdua pois muitas mulheres continuam cumprindo apenas um papel figurativo no cenário político, atrapalhando o avanço do gênero neste segmento da sociedade.

O ex-secretário faz uma análise da industrialização e das novas tecnologias com a relação homem - mulher.

Estamos em plena transição da civilização industrial para a civilização tecnológica, esta passagem é caracterizada por choques culturais, entre os quais a [sic] (em franca decadência) e a nova percepção de que homens e mulheres são diferentes, porém complementares. (entrevistado 4)

Uma análise sobre a mulher como parte de um contexto geral de transformação política é feita pelo atual secretário.

Entendo como um fenômeno geral e não, apenas, localizado. (entrevistado 5)

A entrevistada, atual secretária municipal, afirma que apesar da mulher estar se preparando e conquistando mais espaço na esfera pública, ainda tem muito para evoluir.

No cenário político, vemos cada vez mais mulheres ocupando seu espaço, mas ainda há muito para evoluir. Existem muitas preparadas, para todos os cargos. (entrevistada 6)

Embora “haja muito para evoluir”, de acordo com a entrevistada, Htun (2001, p. 225) registra que:

[...] o que pode ser constatado através do desempenho histórico das mulheres candidatas a cargos eletivos, que, de fato, vem, mesmo que vagarosamente, melhorando ao longo do tempo, tendo sofrido um expressivo crescimento durante a década de 1990.

A Presidente da Fundação refere-se à instituição das cotas como algo depreciativo, que somente fortalecerá as diferenças entre homens e mulheres.

Acho que o motivo de haver menos mulheres que homens ocupando cargos de primeiro escalão é o mesmo em todas as esferas. Gostaria, apenas, de fazer uma colocação quanto à instituição de cotas, que está para ser aprovada, visando aumentar a participação das mulheres nos governos. “Cota” soa como algo que não possui poder legítimo, e a mulher possui este poder. Hoje, as oportunidades existem para todos. O que ocorre, é a necessidade de um maior esforço por parte da mulher para provar que é capaz, considerando os anos perdidos, em que o próprio Estado reconhecia o valor da mulher como sendo inferior ao do homem e alegando que direitos iguais decretariam o fim da família brasileira. Acho que a criação de cotas para aumentar a participação de mulheres em governos, instituições acadêmicas, entre outros, contribuirá para alimentar a diferença entre homens e mulheres. (entrevistada 7)

Infelizmente, constatamos que, no próprio meio político, existem pessoas que desconhecem que a lei das cotas já é uma realidade. A implantação desse sistema procede de uma necessidade de garantia de espaço mínimo para as mulheres.

3. Por que, na maioria das vezes, quando mulheres ocupam algum cargo estratégico, esses cargos, inevitavelmente, são na área de assistência social, educação ou cultura?

O ex-prefeito apresentou como resposta, a análise de sua gestão e a participação das mulheres em suas secretarias municipais.

De pouco mais de 20 secretarias municipais, durante minha gestão como prefeito de Blumenau, três foram ocupadas por mulheres, justamente nas áreas de assistência social, educação e cultura. Além das excelentes referências técnicas, as três eram filiadas a partidos da base do governo e foram responsáveis por importantes políticas públicas nessas áreas, posicionando-se como importantes interlocutoras na implantação de um governo popular, ficando à frente de suas pastas praticamente durante os oito anos de minha gestão. No segundo escalão, diversas mulheres também

contribuíram para a implantação e consolidação de políticas públicas. (entrevistado 1)

A atual deputada estadual, apresenta algumas conquistas dos assentos na Câmara de Deputados Estaduais para as mulheres.

Esta realidade já começa a mudar. Hoje temos grandes mulheres à frente, e em posições importantes, tanto no executivo como no legislativo e em todas as esferas, municipal, estadual e federal. Citamos como exemplos nossas ministras da Casa Civil, Dilma Rousseff e Marina Lima, do Meio-Ambiente. Ambas dão suporte ao Governo Lula. A mulher precisa mostrar para que veio e marcar sua passagem no poder. No meu caso, no Legislativo Catarinense, cito o exemplo de nossa luta pelo resgate da ética na política. Conseguimos a aprovação da redução do recesso legislativo de 90 para 55 dias e o fim do pagamento das convocações extraordinárias na Assembléia de Santa Catarina. Não poderemos, porém, negar que vivemos em uma sociedade machista que sempre delegou às mulheres trabalhos ditos femininos, como tarefas do lar e educação de filhos. (entrevistada 2)

A atual vereadora apresenta uma breve contextualização do papel da mulher-mãe, responsável pelo lar e pela educação dos filhos e afirma que, além destes papéis, à mulher são destinados os trabalhos voluntários de cuidar dos doentes. O papel de educadora também é considerado uma atribuição naturalmente feminina. Estes aspectos reforçam a divisão sexual do trabalho.

Estas áreas estão ligadas ao universo historicamente vivido pela mulher, ao exercer a função social de ser mãe e cuidar da casa, dos filhos, dos doentes. A ela deu-se autorização cultural para expressar sentimentos, compaixão. O cuidar evoca altruísmo, desprendimento, tolerância e benevolência, sentimentos que sempre acompanharam as ações voluntárias anteriores à implementação de políticas públicas como ação de direitos sociais. Mesmo com o advento das políticas públicas, como dever do Estado e direito dos cidadãos, a prática caritativa, da ajuda, do voluntariado, ainda permeia o fazer dentro ou fora das políticas públicas. Ocupar-se de atividades relacionadas ao cuidado (enfermeiras, educadoras, serviços domésticos), eram e ainda são, tarefas praticadas por mulheres. Estão visceralmente ligadas a divisão sexual do trabalho e a

força ideológica inculcada nesta divisão, perpassou por todos os modelos de família. Na aristocracia: aos homens, a guerra; às mulheres, a organização da vida social. Nas famílias camponesas, o vínculo era com a aldeia, onde à mãe competia a criação dos filhos, integrada às relações comunitárias. Na família burguesa, o marido era o provedor material e econômico da casa, a autoridade dominante, o que executava a tarefa racional e, à mulher, era imputada a tarefa emotiva de cuidar da casa, dos filhos, dos doentes, dos desassistidos. Portanto, a idéia patriarcal – ideologicamente mantida ao longo das civilizações - apresenta o masculino como ser autônomo, detentor da moral, o que deve progredir nos negócios, logo, racional, que não chora, que não se emociona: a eles, a racionalidade. (entrevistada 3)

A entrevistada considera que o papel da mulher cuidadora do lar ainda permanece forte, influenciando nas escolhas profissionais.

Para a mulher, a construção ideológica de detentora do zelo, do carinho, da delicadeza, da caridade, da emoção. Tal idéia ainda está muito presente quando se escolhe a profissão e quando alguém é indicado para cargos públicos. Porém, já observamos este quadro com alterações significativas. Basta rever os indicadores das profissões, das tarefas já divididas, homens em trabalhos domésticos, mulheres motoristas de caminhão, apenas para ilustrar. O processo de mudança está se dando, mas é lento. Mais debates precisam estar na agenda de gênero, para discutir estes fatos históricos que determinam a manutenção da sociedade desigual. (entrevistada 3)

O ex-secretário municipal, ressalta a importância da renovação dos partidos e suas propostas.

Mas, nos partidos políticos de vanguarda (pós-modernos) e, com políticas voltadas para o futuro, as mulheres, de forma crescente, ocupam posições importantes para a civilização que vem aí. (entrevistado 4)

O atual secretário municipal, relaciona os espaços de trabalho com as opções das áreas de formação profissional.

Penso que tenha relação com a própria área de formação ou de dedicação de cada um(a). Ou seja, observa-se no mercado, um maior envolvimento das mulheres nas áreas citadas, assim como se observa um maior envolvimento masculino em outras áreas. Porém, cito que, outras áreas como a da saúde, tem tido grande envolvimento feminino. (entrevistado 5)

Uma Secretária Municipal, cita que alguns governos reservam para as mulheres outras áreas de trabalho que não sejam a assistência social, educação e cultura.

Existe muita afinidade na formação feminina nestas áreas. Faço uma análise nas faculdades, cursos de assistência social e pedagogia que são predominadas por alunas. Na atual gestão, as pastas da assistência social e da educação, estão sendo ocupadas por homens. E a saúde, por exemplo, por uma mulher. Pode servir como exemplo de que não existe uma regra fixa para a ocupação destes cargos. (entrevistada 6)

Uma relação da mulher no mundo privado e no mundo público, duas realidades deste século, é apresentada pela Presidente de uma Fundação.

Acho que ainda é por uma questão cultural. Há algumas décadas, as mulheres eram educadas para serem frágeis e meigas donas de casa. Hoje, as mulheres são educadas para casar e ter filhos; mas, também, para estudar no exterior, fazer pós-graduação, mestrado, doutorado.

Muitas mudanças já ocorreram e os resultados irão aparecer pouco a pouco.

Hoje não existem mais profissões femininas e masculinas. Mulheres lideram, constroem, fazem cirurgias de alto risco e governam, logicamente, em número ainda muito inferior aos homens.

É inegável que a vida da mulher contemporânea se transformou num grande desafio. Mas, também é inegável que, as mudanças culturais que vêm ocorrendo, onde homens passam a dividir as tarefas do lar, têm contribuído para o aumento gradativo da mulher no mercado de trabalho, ocupando os mais diversos cargos. (entrevistada 7)

4. Em sua experiência como gestora pública, como a senhora percebia as questões de gênero?

A atual deputada estadual, apresenta dados de como desempenha suas funções na Assembléia Legislativa.

É meu segundo mandato no parlamento catarinense. Desde o início, sempre respeitei os colegas parlamentares, mas também exigi respeito e não tratamento diferenciado por ser mulher. Nossa missão, independente de gênero, é uma só: legislar da melhor forma possível em nome do povo que nos elegeu.

A mulher começa a se descobrir. Penso que deveremos mostrar à sociedade patriarcal, emblematizada na figura da mãe que somente vive em função dos filhos, que o momento é outro. A mão dupla - mãe e feminista - agora é uma só. Nossa luta, de feminista, passou a ser de igualdade entre os gêneros e, nossas bandeiras, tornaram-se políticas públicas. (entrevistada 2)

A atual vereadora pensa em sua ação política da mesma forma que pensa no desenvolvimento de sua família. Apresenta os seus valores da vida privada e pública.

Tenho dito que, quando nós, mulheres, ocupamos cargos de direção e de poder político, precisamos estar envolvidas com as lutas das mulheres no mundo. Não podemos correr o risco de sermos voluntaristas, machistas e preconceituosas. O que quero dizer com isso? Que não basta ser homem ou mulher. Deve-se estar comprometido e aí mora uma diferença significativa. Claro que, uma grande reflexão deve acompanhar este pensamento. A grande pergunta que nos conduz é: que mundo queremos para nós, para nossos filhos e filhas, para o futuro? Assim transitei e transito na vida pública. Não há a intenção voluntarista, nem individualista. Fantásticos são os avanços que alcançamos; fantásticos, ainda, são os obstáculos e os desafios quando apresentamos a meta da igualdade e da justiça de gênero. A partir destes dois argumentos: as relações de gênero construídas a partir do modelo patriarcal e machista, expressas na divisão sexual do trabalho e na constatação dos avanços e desafios, tentei realizar a gestão pública entendendo as relações para poder superá-las; pensando na grande tarefa de ter que fazer bem feito, diferente, com energia e determinação e, principalmente, com a força das mulheres e com o apoio

de governos comprometidos com as mulheres..
(entrevistada 3)

Uma Secretária Municipal ressalta a importância de sua equipe de trabalho para conseguir conciliar seus compromissos como esposa, mãe e profissional.

Ocupo a pasta da Secretaria de Comunicação que, historicamente, em Blumenau e em muitos outros municípios, é ocupada por homens. O grande desafio do meu dia a dia é a organização do tempo nos diferentes papéis que mencionei anteriormente. Tenho uma filha de 5 anos e um marido que trabalha na iniciativa privada. A imprensa demanda respostas do governo, nos finais de semana, nos feriados, à noite ... pois a tevê, o jornal, os meios de comunicação em geral precisam produzir as notícias. Como mãe, quero estar presente na educação da minha filha; como esposa, cuidar da casa e, como profissional, desempenhar um papel de excelência. Os homens, quando ocupam cargos desta natureza, têm o suporte emocional e estrutural da mulher no lar, mesmo que ela trabalhe fora. No início do governo, foi muito difícil este aspecto. Atualmente, tenho muita tranquilidade no papel que ocupo e isso se deve ao respeito profissional da equipe de secretários e, principalmente, do prefeito. A tecnologia (celular, internet), permite que o trabalho seja feito de onde você estiver. Ter uma equipe de trabalho interna qualificada também contribui muito. Basicamente, as diferenças entre cargos ocupados por homens e mulheres, passam por perfis profissionais e, quando estes aspectos são tratados com naturalidade, todas as barreiras são vencidas. (entrevistada 6)

A Presidente de uma Fundação da Prefeitura de Blumenau, fala da sub-representação da mulher em todos os níveis de poder.

Percebo que a representação feminina ainda é bastante desigual. Sem dúvida, somos sub-representadas em todos os níveis de poder e, no mercado de trabalho, como um todo. Mas também penso que as oportunidades são para todos. Com mais ou menos esforço, todos podem ingressar na política e no mercado de trabalho em geral.

Mas, qual a importância de sermos em maior ou menor número na política ou no mercado de trabalho? A luta da mulher deve se voltar para a igualdade de direitos e para a busca da liberdade.

Independentemente da opção que a mulher fizer para a sua vida - ingressar no mercado de trabalho ou não - o importante é fazê-la com convicção, consciente das

conseqüências que ambas irão acarretar em sua vida. E viver em paz e feliz com a sua escolha! (entrevistada 7)

A mulher, quando atinge a esfera pública, geralmente está sendo constantemente analisada e avaliada. Quando está no trabalho, não pode deixar seus problemas particulares interferirem. Da mesma forma, quando está em casa não pode deixar o cansaço abatê-la. Cabe às mulheres, então, a tarefa injusta de desempenhar os dois papéis. Finamore e Carvalho retratam bem isto, quando citam que:

O papel reservado para as mulheres na política parece dever se equilibrar, como de resto todas as mulheres dedicadas às duplas jornadas de seu trabalho remunerado e às 'tarefas do dia a dia' sabem reconhecer, entre de um lado ser o político (pragmático, malicioso, individualista) e de outro ser a mulher (mãe, dona de casa, preocupada com a família. (2006, p. 357).

Esta dupla jornada acaba por preparar a mulher para uma gestão pública mais ponderada, mais equilibrada, já que a administração da esfera privada encerra uma complexidade que o gênero masculino desconhece; uma experiência de gestão voltadas para as questões sociais e humanas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisarmos a questão de gênero feminino e masculino nos espaços público e privado, é relevante lembrar que “A mulher não é apenas a metade da população, é mãe de toda a humanidade.” (TELES, 1993, p.10). A mulher tem, portanto, um papel fundamental nesta mudança pela ampliação dos direitos do gênero feminino, pois é ela na maioria das vezes, como presenciamos na história, a responsável pela educação dos filhos. O espaço privado não pode ser visto somente como de aprisionamento, mas também como um espaço de poder. Constatamos isto em Mendes (apud FIGUEIRA, 2007, p. 18), “[...] embora o espaço doméstico seja um local de desigualdades de gênero, no que se refere à divisão sexual do trabalho, ele se configura também como espaço de poder e autonomia feminina.”

Analisamos as entrevistas dos sete gestores públicos (três homens e quatro mulheres), a fim de comprovar as hipóteses levantadas. Constatamos que os depoimentos apresentam certa ambigüidade. Embora as mulheres entrevistadas demonstrassem uma melhor compreensão das dificuldades e desafios da mulher na esfera pública estatal, quatro dos entrevistados, inclusive duas mulheres, relativizaram o problema, acentuando os melhoramentos ocorridos nesses últimos anos no que diz respeito à participação da mulher na política institucional. A terceira entrevistada, ex-secretária municipal e atual vereadora em Blumenau (SC), desenvolveu uma reflexão mais sociológica e histórica do tema, não deixando de constatar a gravidade da condição da não-inclusão ou participação da mulher no legislativo, executivo ou judiciário.

Diante de tais argumentos, consideramos que nossa primeira hipótese “de que a participação em maior número da mulher na gestão pública reflete, diretamente, na melhora da qualidade da gestão.”, não ficou integralmente comprovada, baseada no argumento de que é muito pequena a participação do gênero feminino na gestão pública da cidade de Blumenau.

O número de mulheres participantes da administração pública e ou em cargos eleitos no município ainda é muito pequeno, não apresentando expressividade no contexto geral que possa proporcionar dados que demonstrem avanços promovidos pelo gênero feminino na gestão pública.

Também não encontramos dados, ao longo das entrevistas, que comprovassem tal hipótese.

Nossa segunda hipótese foi a de que o cumprimento da lei de cotas é atendido de forma superficial, sem haver um comprometimento sério dos partidos em colocar à disposição da sociedade para o pleito, candidatas com condições reais de vitória, preparadas e conscientes de seu papel na comunidade.

Em 1995, foi implantado no Brasil o sistema de cotas, tendo sofrido alterações no ano 2000. É pouco tempo para posições definitivas mas, perante os resultados apresentados na pesquisa qualitativa e no decorrer de toda a dissertação, pode-se questionar a eficácia deste sistema, perante um contexto político extremamente desigual entre os sexos. Apesar das cotas serem essenciais, apresentam-se insuficientes para que ocorram as mudanças necessárias no perfil das candidaturas.

A Câmara Federal é um exemplo de que o sistema de cotas ainda não é respeitado e valorizado pelos partidos políticos. O número de mulheres eleitas no pleito das eleições de 2002, comparado às eleitas em 2006, apresentou pequena diferença e, nos dois casos, muito abaixo da cota de 30%.

As mulheres devem fazer movimentos e campanhas na mídia para conquistar mais espaço nos partidos com candidaturas femininas. E, reivindicar um maior espaço nas campanhas políticas pois hoje, apesar do sistema de cotas “garantir” a candidatura, não garante os recursos para a campanha que, em geral, são direcionados aos homens. Segundo Miguel e Queiroz,

[...] fica faltando vencer o preconceito disseminado entre eleitores e eleitoras, que faz com que a mulher seja vista como estando deslocada no campo político, fora de seu meio ‘natural’, e portanto tenha menos chance de ser votada. (2006, p.365)

É importante ressaltar que, apesar das mulheres serem mais da metade do eleitorado brasileiro, a elas é estipulada a cota de apenas 30% das candidaturas. E, mesmo desta forma, os partidos não cumprem a lei das cotas e, quando cumprem, não dão o devido apoio as mesmas. De acordo com Piovesan, “Embora as mulheres sejam mais da metade da população nacional, sua representatividade nos quadros

dos poderes públicos está muito aquém dos 50%, alcançando, no máximo, o percentual de 12% (no caso do legislativo).” (2006, p. A3) Podemos perceber a presença, ainda tímida, das mulheres nos espaços políticos de poder como secretárias municipais, estaduais e ministérios. Segundo Piovesan “A reduzida participação da mulher nas esferas decisórias traduz a dicotomia entre espaços público e privado, que acaba por condicionar o exercício de seus direitos.” (2006, p. A3) Acredito que, quando as mulheres começarem a ocupar seus espaços - de fato e de direito - no cenário político, realmente poderemos pensar em falar e discutir sobre o tema democracia representativa. Um dos grandes desafios contemporâneos da mulher é provocar a mudança de valores e práticas discriminatórias em relação ao gênero feminino, como pressuposto para a garantia do exercício pleno da cidadania da mulher nas esferas pública e privada.

A respeito da segunda hipótese, concluímos que o cumprimento da lei de cotas realmente é atendido de forma superficial. Não há um comprometimento sério dos partidos em colocar à disposição da sociedade para o pleito, candidatas com condições reais de vitória, preparadas e conscientes de seu papel na comunidade. Os dados são incontestáveis a respeito da hipótese levantada, quando observamos o resultado de mulheres eleitas para as Prefeituras em SC em 2004: 4,1% do total. E, no Brasil, um percentual de 7,3% é ocupados pelo gênero feminino.

A terceira hipótese é a de que a mulher cumpre um papel importante nas administrações públicas locais. A este respeito, consideramos relevante analisar o contexto político-partidário no qual estão inseridas e também os aspectos estruturais dos referidos partidos: como o partido define o papel da mulher internamente e na administração pública.

Quanto ao aspecto institucional dos partidos avaliados, podemos constatar que o partido de esquerda (PT) faz duas referências ao gênero. A primeira, no capítulo III de seu Estatuto - “Da filiação partidária” - em seu artigo 4º “filiado do partido dos trabalhadores é qualquer homem ou mulher [...]” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2001) e, a segunda, no capítulo IV, artigo 14, inciso II:

É dever do filiado: Combater todas as manifestações de discriminação em relação a etnia, aos portadores de deficiência física, aos idosos, ou qualquer outra forma de discriminação social,

de gênero, de orientação sexual, de cor ou raça, idade ou religião.
(PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2001)

Já o partido de direita, não faz referência ao gênero. Consta do Estatuto no Título II – Da filiação partidária, em seu capítulo I – Dos procedimentos, Artigo 7º “Poderão filiar-se ao PFL eleitores que, em pleno gozo de seus direitos políticos, aceitarem o seu programa e o seu estatuto [...]” (PARTIDO DA FRENTE LIBERAL, 2003). Também consta de seu estatuto, a constituição do PFL Mulher, órgão de ação partidária.

Podemos perceber que, no partido de direita, onde não consta a referência ao gênero, as respostas das lideranças entrevistadas não percebem como um problema a falta de mulheres na política; inclusive, parte dos entrevistados acredita que a mulher é que não se valoriza, não acredita no seu potencial. Ao mesmo tempo, reforça através de órgão interno “PFL Mulher”, o papel secundário que a mesma deve desempenhar na política.

Contrapondo esta posição, está o partido de esquerda que, em seu discurso, acredita que a participação da mulher no cenário político está ainda em construção; e, embora não se traduza em números esta afirmação, também é reduzida a presença da mulher em postos de liderança do partido, apesar dos avanços demonstrados na ocupação de cargos pelo gênero feminino.

Podemos observar que, a valorização do gênero feminino, aparece mais claramente no estatuto do partido do PT. No estatuto do PFL, ainda se usa o termo PFL mulher, fazendo, dessa forma, diferença entre gênero feminino e masculino. Ressaltamos que os partidos políticos têm papel fundamental na participação das mulheres nos processos eleitorais pois, além de valorizarem e incentivarem as mulheres, devem propiciar condições para suas candidaturas e financiamento das campanhas eleitorais femininas, como ocorre com as masculinas. Estes aspectos refletem-se nas respostas dos entrevistados, denotando uma maior compreensão das questões de gênero no partido de esquerda.

Nesta hipótese consideramos que, parte das mulheres entrevistadas apresentam resultados relevantes nas respectivas administrações públicas entretanto, de forma geral, o papel do gênero está muito aquém do que poderia

oferecer. Atribuimos tal fato ao contexto partidário e, também, à atitude de alguns dos gestores que não reconhecem a importância da inserção do gênero feminino de forma mais densa na administração pública.

A última hipótese compreende que, tanto a administração quanto a mulher estão, gradativamente, somando esforços no sentido de reduzir as desigualdades de gênero, bem como todas as outras desigualdades já citadas ao longo do trabalho. Sobre esta hipótese podemos dizer que, nas respostas dos membros do partido de esquerda, aparece mais claramente este aspecto; em suas falas expressam que a participação da mulher está em crescimento e que os administradores também estão valorizando mais essa questão. Como exemplos, a Assembléia Legislativa do Estado, presidida por uma mulher de um partido de esquerda e a pasta da Casa Civil do Governo Federal, administrada por uma mulher, posto esse historicamente masculino. Quanto às respostas dos representantes do partido de direita, um dos entrevistados nem percebe, como problema, a diferença de gênero; outra, pensa que o homem desempenha melhor as atribuições públicas por não ter compromisso com as atribuições privadas. Infelizmente, não podemos comprovar integralmente a quarta hipótese, quanto à administração do partido de direita, pois alguns gestores da administração pública atual não se manifestaram a respeito. Quanto à gestão do partido de esquerda compreendemos que, apesar dos resultados modestos, o processo de inserção do gênero na administração, bem como a busca pela redução das desigualdades está presente em suas ações.

Chegando ao fim deste trabalho, pudemos constatar que, a divisão dos papéis desenvolvidos por homens e mulheres, tiveram origem na divisão do trabalho em que o homem é responsável pela produção e a mulher é responsável pela organização do lar. Ao homem sempre correspondeu, na economia, com seu trabalho, o valor de troca e o poder de compra, inserindo-o na esfera social; enquanto à mulher coube, na esfera privada, representar o papel de cuidar dos bens que o homem adquiriu, deixando tudo pronto e preparado para que o provedor da família não tivesse preocupações com um mundo que não gerasse poder de troca.

Com o processo de industrialização do sistema de produção, intensifica-se a divisão sexual do trabalho. O homem fica responsável pela produção dos valores de troca (produção social) e, à mulher, a responsabilidade pela produção dos valores de uso (serviços domésticos privados). Essa divisão sexual do trabalho é

apresentada por Toledo: “Como há precedência da produção de valores de troca sobre a de valores de uso, a mulher passa a trabalhar para o marido e para os filhos, e o homem trabalha para a troca e aquisição de propriedade”. (2005, p. 29). Desta forma estabelecem-se, na sociedade, papéis distintos para o homem e para a mulher. “A pressão da mulher, portanto, não seria algo natural, mas determinado pela localização da mulher e do homem no sistema de produção e reprodução de sociedades determinadas.” (TOLEDO, 2005, p. 31).

Podemos dizer então, que as mulheres foram oprimidas com o decorrer dos anos, pelo fato de que o trabalho determinado ao homem se transforma em meios de produção e, o da mulher, vem carregado de valores, crenças e preconceitos impostos pela sociedade. Esta valorização do trabalho masculino acentua-se com o capitalismo que, ao mesmo tempo o fragmenta, desqualificando-o. Constatamos isto em Toledo (2005, p. 46)

Lembramos a afirmação de Marx de que o homem é versátil por natureza, e pode aprender e desenvolver uma infinidade de tarefas. O capitalismo, além de criar a subdivisão do trabalho, concede prêmios a especialidades parciais e unilaterais, e produz uma camada de trabalhadores não-qualificados, elevando a ausência de qualificação a um novo tipo de especialidade. Marx reconhecia que uma certa divisão de trabalho era necessária na sociedade industrial, mas não uma divisão em especialidades tão estreitas e permanentes que impedisse o desenvolvimento total do indivíduo.

No decorrer do trabalho, constatamos que a França foi berço de muitas manifestações feministas¹⁶. E a Alemanha, com todo seu conservadorismo, delegou a uma mulher a responsabilidade de governar o país. Lá, as conquistas e avanços nas questões de gênero, estão um pouco mais desenvolvidas do que em países como o Brasil, onde ainda verificamos diferenças salariais para trabalhos iguais entre homens e mulheres. A questão de igualar salários e o fim da discriminação entre os gêneros, apresenta-se, mais do que nunca, como um grande desafio para as políticas públicas e seus dirigentes.

Quando falamos de empoderamento e da feminização dos trabalhos, também nos reportamos à realidade que as mulheres estão tendo que enfrentar: a

¹⁶ Sobre o feminismo na França ler, Maria Amélia de Almeida Teles e Céli Regina Jardim Pinto.

dupla jornada, em consequência da situação de penúria da família; da necessidade de aumentar a renda familiar, totalmente arrojada no Brasil; da falta de emprego, para os homens pais de família. Está ocorrendo uma troca de papéis entre homens e mulheres mas, de uma forma desigual, pois elas estão trabalhando em diversos lugares para conseguir uma melhor remuneração e o homem, geralmente, não consegue por questões culturais, conciliar o trabalho doméstico com a procura de emprego. Desta forma, sobrecarrega-se a mulher que, por sua vez, tem muitas vezes seu salário reduzido por ter que trabalhar menos horas por dia, pois o Estado não proporciona condições para que ela possa trabalhar e deixar seus filhos em lugares seguros como creches e escolas em períodos integrais, a fim de que possam conquistar seu espaço privado, conciliando-o ao espaço público. A globalização da economia e o crescimento do neoliberalismo em nosso país, ocasionaram redução dos salários e cortes de investimentos do Estado em creches, escolas, atendimento à saúde, habitação e saneamento básico. Moraes (2002, p. 14) nos apresenta a maneira como as reformas neoliberais afetaram a sociedade.

Ação política, como se sabe, é exercida por meio de vários instrumentos. E um deles, nem sempre devidamente considerado, é a produção e difusão de idéias, imagens, valores. Dizer que algo é “apenas um discurso” ou “mero reflexo” pode ser perigoso, porque arrisca ignorar que enunciados são armas. Ora, aquilo que se tem chamado de pensamento único ou hegemonia ideológica neoliberal teve como uma de suas armas mais efetivas precisamente a capacidade de gerar e difundir narrativas que prometiam explicar o mundo.

A hegemonia do neoliberalismo com seu discurso, reforçou ainda mais a posição da mulher fora do mercado de trabalho. Se elas não têm renda, não podem colocar seus filhos em creches privadas para que possam trabalhar e ter renda, gerando assim, um círculo vicioso de franca exclusão de gênero. Esta hegemonia também é apresentada por Segrillo (2005, p. 1) “Governos após governos se entregavam ao receituário ou ao discurso neoliberal. Sua hegemonia realmente parecia absoluta.” Entretanto, no início deste novo século, a euforia neoliberal ocidental está arrefecendo, dando espaço a uma reflexão mais profunda sobre os sistemas de governo mais adequados e, abrindo com esta discussão, espaço à participação da mulher, visto que o colapso destes sistemas precisa de toda a mão

de obra possível para a reversão do quadro negativo. Um sistema democrático é, portanto, a base ideal para o desenvolvimento da igualdade de gênero. De acordo com Falú, (2006, p. A3), “Temos muito clara a noção de que o paradigma da igualdade para homens e mulheres, na formulação de políticas, é indissociável do ideal democrático.”

Concluimos o trabalho com a constatação de que, independente de se ter uma gestão de esquerda ou de direita, é ainda insignificante a participação da mulher na política institucional em Blumenau (SC).

As explicações para tal fato têm raízes históricas, culturais, sociais ou sociológicas e, não poderíamos, a partir dessas constatações empíricas, relacionadas ao executivo municipal e também ao legislativo, ousar concluir em definitivo sobre as hipóteses levantadas.

A intenção do trabalho foi de proporcionar uma pequena base para novas pesquisas, que explorem tal realidade e aprofundem a investigação, relacionando gênero e participação política.

Fica a sugestão para uma pesquisa sobre o mesmo tema, explorando as esferas do poder estadual e nacional, para que se possibilite com isto, traçar um perfil identificando se, nas esferas superiores, há maior reflexão e entendimento acerca do tema abordado neste trabalho.

Também como sugestão de pesquisa, poder-se-ia desenvolver um trabalho que abordasse a inserção política não-partidária da mulher na iniciativa privada “empresas”, contrapondo a participação das mesmas na esfera pública.

REFERÊNCIAS

ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. MULHERES EM TEMPO DE COMPETIÇÃO ELEITORAL : SELEÇÃO DE CANDIDATURAS E O PERFIL DE CANDIDATAS(OS) NAS ELEIÇÕES PARLAMENTARES DE 1998-2002. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 29, 2005, Caxambu, MG. **Programa e Resumos**. São Paulo: ANPOCS, 2005.

AMARAL, Emília. **Português: novas palavras : literatura, gramática, redação e leitura : volume único : ensino médio**. São Paulo : FTD, 2000. 575 p.

ANDRE, Hildebrando A. de (Hildebrando Affonso de). **Gramática ilustrada**. 4. ed. São Paulo : Moderna, 1990. 388p.

ARAÚJO, Clara. **PARTIDOS POLÍTICOS E GÊNERO: MEDIAÇÕES NAS ROTAS DE INGRESSO DAS MULHERES NA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA**, Revista de Sociologia Política, p. 198-211, jun, 2005.

_____. **POR QUE AS MULHERES AINDA CONCORREM POUCO NO BRASIL?** Centro Feminista de Estudos e Assessoria, UERJ, outubro, 2006.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro : Forense Universitária, 1981. 338p.

ATHAYDE, Phydía de. Jogo de damas. **Carta Capital**, São Paulo, n. 389, p. 12-16, 19 abr. 2006.

AVELAR, Lúcia. **Mulheres na elite política brasileira**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Konrad-Adenauer-Stiftung : Ed. da UNESP, 2001. 188p.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa : Edições 70, 1979. 225p, il. (Persona. Psicologia). Tradução de: L'analyse de contenu.

BEAUVOIR, Simone de. **O pensamento da direita, hoje**. 2. ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1972. 112p.

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política**. São Paulo : Ed. da UNESP, 1995. 129p.

BRUSCHINI, Cristina. Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? In: ROCHA, M. I. B. **Trabalho e gênero: mudanças, permanência e desafios**. São Paulo: Editora 34, 2000. 383p.

BRUSCHINI, C & LOMBARDI, M. R. **Instruídas e trabalhadeiras: trabalho feminino no final do século XX**. Cadernos Pagu. Campinas: Unicamp, 2000-2001. n. 17-18.

_____. **Trabalho feminino no Brasil no final do século: ocupações tradicionais e novas conquistas**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, [s.d.]

BARSTED, Leila Linhares. Em busca do tempo perdido Mulher e políticas públicas no Brasil 1983-1993. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, 1994. v. 2, n. 2, p. 38 – 54.

CALÁS, Marta B.; SMIRCICH, Linda. Do ponto de vista da mulher: abordagens feministas em estudos organizacionais. In: CLEGG, Stewart R.; HARDY, Cynthia; NORD, Walter R. **Handbook de estudos organizacionais: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais**. São Paulo: Atlas, 1998. p. 275-329.

CÂMARA DE VEREADORES DE BLUMENAU. Disponível em:

<www.camarablu.sc.gov.br> Acesso em: 2 abril 2007.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Disponível em:

<http://www.camara.gov.br/internet/deputado/dep_lista.asp?fMode=1&forma=lista&SX=...>. Acesso em: 8 maio 2007.

CARREIRÃO, Yan de Souza; BORBA, Julian. **Os partidos na política catarinense – eleições, processo legislativo, políticas públicas**. Florianópolis: Insular, 2006. 224p.

CIM - COMISIÓN INTERAMERICANA DE MUJERES. **Programa Interamericano sobre a promoção dos direitos humanos das mulheres e da equidade e igualdade de gênero**. Washington: Secretária General de la Organización de los Estados Americanos / OEA, 1998.

COSTA, Rosa. Presença feminina no Parlamento cresce pouco em duas décadas. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. A22, 8 mar. 2007.

CUNHA, M. A. **Gênero no trabalho: desemprego, exclusão e precariedade**. Belo Horizonte: UFMG, 1999-2000.

DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **História das Mulheres no Ocidente**. Porto: Afrontamento; São Paulo: EBRADIL, 1990-1991. 5 v.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. 215p.

FALÚ, Ana. Nós, mulheres, queremos apenas igualdade. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p A3, 6 abr. 2006.

FARACO, Carlos Emilio; MOURA, Francisco Marto de. **Gramática nova**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1993. 312p.

FARIA, A. Nogueira de. **Organização e métodos**. Rio de Janeiro : Livros Técnicos e Científicos, 1982. 216p.

FEDERAÇÃO CATARINENSE DOS MUNICÍPIOS. Disponível em:

<www.fecam.org.br> Acesso em: 2 abril 2007.

FIGUEIRA, Mara. Quando elas é que mandam. **Revista Sociologia ciência&vida**, ano 1, n. 6, p. 12-21, maio, 2007.

FINAMORE, Claudia Maria; CARVALHO, João Eduardo C. de. Mulheres candidatas: relações entre gênero, mídia e discurso. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 14, n. 2, p. 347-362, maio/ago, 2006.

FLECK, Ana Cláudia; WAGNER, Adriana. A mulher como a principal provedora do sustento econômico familiar, **Psicologia em Estudo**, Maringá, v.8, num.esp., p.31-38, 2003, apoio Capes.

GALLI, Marcelo. A Psicologia do Voto. **Psique Ciência & Vida**, São Paulo: Escala, n. 10, p. 32-39, 2006.

HARAZIM, Dorrit. Mulher e poder, o casamento do ano. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 22 jan. 2006. Aliás, p. 5, col. 1-6. Disponível em: <http://www.bc.furb.br/docs/JO/06/06/303453_1_1.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2006.

HIRATA, H & LE DOARÉ, H. **Os paradoxos da globalização**. São Paulo : Sempreviva Organizações Feminista (SOF), 1999.

HOBBSAWM, Eric J. **Era dos extremos: o breve século XX. 1914-1991**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 598p.

HTUN, Mala. A política de cotas na América Latina. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 225 – 230, 2001.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações para formulação e avaliação de políticas públicas: elaboração de estudos socioeconômicos**. 2. ed. Campinas: Átomo & Alínea, 2003. 141p.

KOLLONTAI, Alexandra. **A nova mulher e a moral sexual**. São Paulo: Expressão Popular, 2000. 142 p.

KRISCHKE, Paulo J. **Aprendendo a democracia na América Latina: atores sociais e mudança cultural**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003. 313 p.

LAVINAS, L. Perspectivas de emprego no Brasil: inflexões de gênero e diferenciais femininos. In: LAVINAS, L. & LEÓN, F. (orgs.). **Emprego feminino no Brasil: mudanças institucionais e novas inserções no mercado de trabalho**. CEPAL/ECLAC, OIT, Santiago do Chile, Série Políticas Sociales, 2002. v. 1.

MAINWARING, Scott. **Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV Ed; Porto Alegre: Mercado Aberto, 2001. 420 p.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 282 p.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971. 6 v.

MELO, H. O trabalho industrial feminino. In: LAVINAS, L. & LEÓN, F. (orgs.). **Emprego feminino no Brasil: mudanças institucionais e novas inserções no mercado de trabalho**. CEPAL/ECLAC, OIT, Santiago do Chile, Série Políticas Sociales, 2002. v. 2.

MENEGUELLO, Rachel. **Partidos e governos no Brasil contemporâneo, (1985-1997)**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1998. 205p.

MESQUITA, Roberto Melo; MARTOS, Clodir Rivas. **Gramática Pedagógica**. 23 ed. São Paulo: Saraiva, 1995. 319p.

MICHEL, Andrée. **O feminismo: uma abordagem histórica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. 102p.

MIGUEL, L. F. ; QUEIROZ, Cristina Monteiro de . Diferenças regionais e o êxito relativo de mulheres em eleições municipais no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, v. 14, p. 363-385, 2006.

NICOLAU, Jairo Marconi. Multipartidarismo, Maiores Parlamentares e Democracia: Notas sobre o Caso Brasileiro; In: Diniz E. (org), **O Desafio da Democracia na América Latina**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1996.

OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de. **A mulher, a sexualidade e o trabalho**. São Paulo : Hucitec, 1999. 158p.

OSBORNE, David; GAEBLER, Ted. **Reinventando o governo**: como o espírito empreendedor está transformando o setor público. 6. ed. Brasília, DF: MH Comunicações, 1995. 436p.

PARTIDO DA FRENTE LIBERAL - PFL. **Estatuto do partido**. Brasília: TSE, 19-09-2003.

PARTIDO DOS TRABALHADORES – PT. **Estatuto do partido**. Brasília: TSE, 06-04-2001.

PERFIL dos atingidos. Petrópolis : Vozes, 1988. 311p. (Brasil, nunca mais, v.3).

PETITFILS, Jean-Christian. **Os socialismos utópicos**. Rio de Janeiro : Zahar, 1978. 184p.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. 119p.

PIOVESAN, Flávia. Participação política das mulheres. **Folha de São Paulo**, p. A3, 6 fev. 2006.

PORTO, Walter Costa. **O voto no Brasil – Da Colônia à 6ª República**. 2 Edição. Rio de Janeiro: Topbooks Editora e Distribuidora de Livros Ltda, 2002.

PRÁ, Jussara Reis. Cidadania de gênero, capital social, empoderamento e políticas públicas no Brasil. In: **Reinventando a sociedade na América Latina**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2001. p. 173-208.

PRÁ, Jussara Reis. **O custo político das desigualdades de gênero e a teoria do capital social**= The political cost of gender inequalities and the theory of social capital. Educação, São Leopoldo: UNISINOS, v. 9, n. 2 , p. 99-115, 2005.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU. Disponível em:

<www.blumenau.sc.gov.br> Acesso em: 2 abril 2007.

PUTNAM, Roberto D. **Bowling Alone: Américas Declining Social Capital**. Journal of Democracy, Baltimore, 1995, v.6, n.1, p.65-78.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999. 334 p.

RODRIGUES, ALMIRA. **Mulheres: Movimentos Sociais e Partidos Políticos**, CFEMEA, Seminário Nacional de formação política: Mulheres socialistas, Valparaíso. Anais...Brasília: PSB, 2001.

RUARO, Gisele de C. G.; JOHNSON, Guilherme. Relação de gênero e poder no primeiro escalão da prefeitura de Blumenau – SC. Congresso Internacional de Gênero. 2006.

SACCONI, Luiz Antônio. **Não erre mais!** : mais de 5.000 casos, corrigidos, comentados e explicados. 13. ed. rev. aum. São Paulo : Atual, 1990. 421 p.

SACCONI, Luiz Antônio. **Nossa Gramática: Teoria e Prática – NGTP**. 18 ed. São Paulo: Atual, 1994. 524 p.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. 151 p.

SCOTT, Joan W. **A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do Homem**. Florianópolis: Mulheres, 2002. 309p.

_____. **Gender: a useful category of historical analysis**. AMERICAN Historical Review, 91: 1053-75, 1986.

_____. A mulher trabalhadora. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **História das Mulheres no Ocidente**. Porto: Afrontamento; São Paulo: EBRADIL, 1994. v. 4. p. 442-475.

SEGRILLO, Angelo. **Rússia e Brasil em transformação**: uma breve história dos partidos russos e brasileiros na democratização política. Rio de Janeiro : 7 Letras, 2005. 251 p.

SELL, Carlos Eduardo; BORBA, Julian. Eleições municipais e sistema partidário em Santa Catarina (1996-2004): uma análise a partir dos resultados eleitorais. In: CARREIRÃO, Yan de Souza; BORBA, Julian. **Os partidos na política catarinense – eleições, processo legislativo, políticas públicas**. Florianópolis: Insular, 2006. 224p.

SILVEIRA, Sara. **La dimensión de género y sus implicaciones en la relación entre juventud, formación y trabajo**. In: **Juventud y género: formación y opciones productivas**. Cinterfor-OIT, Uruguay, 2002. Disponível em: <<http://www.ilo.org.gênero>> Acesso em: 02 abril 2007.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1993. 181p.

TELES, Maria Amélia de Almeida. História vivida. **Revista Sociologia ciência&vida**, São Paulo: Escala, n. 6, p. 6-11, maio, 2007.

TOLEDO, Cecília. **Mulheres**: o gênero nos une, a classe nos divide. 2. ed. São Paulo : Ed. Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2005. 148 p.

TRAGTENBERG, Mauricio. **Burocracia e ideologia**. São Paulo : Ática, 1974. 228p.

TSE. Disponível em:

<www.tse.gov.br/sieeestcandweb/estcand2006/cargo_sexo/cargo_sexo.jsp> Acesso em: 20 abril 2007.

TSE. Disponível em:

<www.tse.gov.br/sieeestcandweb/estcand2006/partido_cargo/partido_cargo.jsp> Acesso em: 20 abril 2007.

VEIGA, Edir. **Formato e evolução do sistema partidário do Pará:** uma análise comparada: 1945 – 62 e 1986 – 98. Dissertação de Mestrado, UPER/UFPA, 1999.

VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA, Suely de (Orgs.). **A mulher brasileira nos espaços públicos e privado.** São Paulo: FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2004.

YANNOULAS, Silvia C. Notas para a integração de gênero na Educação Profissional. In. VOGEL, Arno (org.). **Trabalho com a diversidade no Planfor. Raça/cor, gênero e pessoas portadoras de necessidades especiais.** São Paulo: UNESP; Brasília: FLACSO do Brasil, 2001. p. 69-105.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)